

ANÁLISE SECTORIAL DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES



Estudos da Central de Balanços
Novembro 2011

4



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

ANÁLISE SECTORIAL DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES

Estudos da Central de Balanços
Novembro 2011

4



Banco de Portugal
EUROSISTEMA

BANCO DE PORTUGAL

Av. Almirante Reis, 71
1150-012 Lisboa
www.bportugal.pt

Edição

Departamento de Estatística

Capa

DSADM Serviço de Edições e Publicações

Impressão

Departamento de Serviços de Apoio
Área de Apoio Logístico

Lisboa, 2010

Tiragem

1200 exemplares

ISSN 1647-967X (print)

ISSN 1647-9688 (on-line)

Nota Prévia

A presente análise baseia-se na informação recolhida através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratada pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem, numa única vez, as obrigações de declaração das contas anuais junto dos Ministérios das Finanças e da Justiça, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística (INE). A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de Julho do ano seguinte ao de referência dos dados. No caso dos dados de 2010, na sequência da alteração do normativo contabilístico aplicável à generalidade das empresas, o prazo de entrega da IES foi alargado para o dia 30 de Setembro de 2011. A declaração IES relativa a 2010 constitui o primeiro reporte das contas anuais das empresas em conformidade com o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, tendo como consequência a descontinuação de alguns conceitos contabilísticos baseados no anterior POC – Plano Oficial de Contabilidade.

Deste modo, os dados mais recentes disponíveis na Central de Balanços do Banco de Portugal para o sector das *Indústrias Alimentares* referem-se a 2009. A Central de Balanços inclui também dados relativos a 2010 de natureza preliminar e baseados nos dados contabilísticos trimestrais reportados através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). O ITENF é um inquérito do INE e do Banco de Portugal a um conjunto de empresas, através do qual se procura obter informação sobre um número reduzido de variáveis económico-financeiras. As respostas obtidas no âmbito do ITENF, relativas a cerca de 3 mil empresas, cobrem uma parte significativa da situação e da actividade do sector institucional das Sociedades não Financeiras (SNF) em Portugal e podem ser utilizadas para acompanhar a sua evolução global. Contudo, os resultados trimestrais não podem ser utilizados para analisar a situação das SNF em detalhe, dado o carácter desigual com que o ITENF cobre os diferentes sectores de actividade económica e classes de dimensão.

Este *Estudo* inclui, todavia, algum detalhe adicional para o ano de 2010 e para o primeiro semestre de 2011 no que diz respeito ao financiamento por empréstimos bancários e títulos de dívida, por recurso a outras bases de dados do Departamento de Estatística do Banco de Portugal, designadamente a Central de Responsabilidades de Crédito e o Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos.

Nesta publicação analisa-se a situação económica e financeira das empresas do sector de actividade económica das *Indústrias Alimentares*, tendo por base a informação compilada pela Central de Balanços do Banco de Portugal. A análise incide essencialmente sobre o período 2006-2009, para o qual existem dados detalhados para a generalidade das empresas deste sector, permitindo avaliar o seu comportamento com algum pormenor.

Em 2009 as *Indústrias Alimentares* representavam cerca de 14% do número de empresas, 13% do número de pessoas ao serviço e 16% do volume de negócios das *Indústrias Transformadoras*. Avaliado no conjunto das Sociedades não Financeiras (SNF), o sector representava 1.5% do número de empresas e cerca de 3% quer do número de pessoas ao serviço quer do volume de negócios. Tendo por referência os resultados globais do comércio internacional, as *Indústrias Alimentares* foram responsáveis, em 2009, por mais de 6% das exportações nacionais de bens.

Como principais características do sector em 2009 destacam-se, por dimensão das empresas, as pequenas e médias empresas, que eram responsáveis por 66% do número de pessoas ao serviço e 55% do volume de negócios das *Indústrias Alimentares*. Em termos de localização geográfica da sede das empresas, as *Indústrias Alimentares* concentravam-se sobretudo no litoral. No que respeita à natureza jurídica, as sociedades anónimas predominavam neste sector, tendo sido responsáveis por mais de 69% do total do volume de negócios. Em relação à maturidade, as empresas instaladas no mercado há mais de 20 anos eram dominantes no sector das *Indústrias Alimentares* (63% do volume de negócios total), por oposição às empresas com menos de 10 anos (apenas representavam 12% do volume de negócios total).

Dentro das actividades desenvolvidas pelas *Indústrias Alimentares* destacava-se a CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha*, responsável por 63% das empresas, 44% do número total de pessoas ao serviço, mas apenas 14% do volume negócios. Esta última variável estava relativamente bem distribuída pelas diversas actividades que compõem as *Indústrias Alimentares*, sendo que a maior parcela, de 19%, era da responsabilidade da CAE 101 - *Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne*.

Por último, o sector das *Indústrias Alimentares* caracterizava-se ainda por ser um mercado sem concentração, em larga medida devido à CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha*, na qual a distribuição das quotas de mercado das empresas era muito homogénea. No pólo oposto surgia a CAE 105 – *Indústria de lacticínios*, com as cinco maiores empresas em termos de quota de mercado a agregarem mais de 70% do volume de negócios e mais de metade do número de pessoas ao serviço nesta actividade.

A informação disponível na Central de Balanços do Banco de Portugal relativa à actividade revelou em 2009 uma redução significativa do volume de negócios (7%) das *Indústrias Alimentares*. No entanto, o EBITDA – *Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações* cresceu 5% e a rentabilidade dos capitais próprios cresceu 2.3 p.p., tendo-se situado acima de 5%. Para a subida do EBITDA foi determinante a quebra nos custos operacionais das empresas deste sector, enquanto para a evolução da rentabilidade dos capitais próprios concorreu também a forte contracção ocorrida nos custos financeiros (22%).

A análise por dimensão das empresas revelou que a evolução em 2009 dos resultados apurados para o sector das *Indústrias Alimentares* foi muito influenciada pelas grandes empresas. Apesar de esta classe ter registado uma queda significativa no volume de negócios agregado (6%), o seu EBITDA cresceu (9%) e manteve a melhor rentabilidade dos capitais próprios (9%) de todas as classes de dimensão deste sector. Por sectores de actividade económica a queda do volume de negócios foi generalizada. No entanto, para o crescimento do EBITDA agregado destacaram-se os contributos provenientes da CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha* (3.2 p.p.) e da CAE 101 – *Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne*



(2.4 p.p.), enquanto a CAE 105 – *Indústria de lacticínios* apresentou o contributo negativo mais significativo (1.4 p.p.).

Em termos da estrutura de capital das empresas, o grau de autonomia financeira das *Indústrias Alimentares* situou-se em 37% em 2009, cerca de 4 p.p. acima do valor registado pelo agregado das SNF em Portugal. Constatou-se, ainda que, em termos médios, o grau de autonomia financeira aumentava com a dimensão das empresas.

As necessidades de financiamento deste sector foram supridas principalmente com recurso a dívida financeira e créditos comerciais (81%). Ainda assim, a retracção da actividade levou a que o passivo das *Indústrias Alimentares* diminuísse (4%) em 2009, tendo o maior contributo sido dado pelos créditos comerciais (-2 p.p.), seguido pelo agregado formado pelos empréstimos bancários e pelos títulos de dívida (-1.3 p.p.). Por outro lado, os custos associados à dívida financeira baixaram em 22%, sendo que em todas as classes de dimensão do sector estes custos se reduziram. A conjugação destes factores levou a uma melhoria nos indicadores de solvabilidade das *Indústrias Alimentares*, que reflectiam uma posição mais favorável do que os do agregado das SNF em Portugal. Assim, nas *Indústrias Alimentares* em 2009, 26% do EBITDA era suficiente para pagar os juros enquanto a dívida financeira de curto prazo, por sua vez, representava 0.7 do EBITDA (compara com 46% e 1.4, respectivamente, no agregado das SNF).

Não obstante a redução verificada em 2009, o financiamento das *Indústrias Alimentares* através de créditos comerciais registou um crescimento de 9% no período 2006-2009. Para o conjunto das empresas deste sector os prazos médios de pagamentos eram inferiores aos prazos médios de recebimentos em 2009 (61 dias e 80 dias, respectivamente). Estes prazos não foram, no entanto, representativos da situação da maioria das empresas. De facto, a análise da situação individual de cada empresa permitiu verificar que cerca de 75% das empresas das *Indústrias Alimentares* tinha diferenciais positivos entre os prazos médios de pagamentos e de recebimentos, significando que essas empresas tinham mais tempo para pagar aos seus fornecedores do que aquele que levavam a receber dos seus clientes. Esta situação, que era favorável para a esmagadora maioria das empresas do sector, não se encontrava reflectida no resultado obtido para a média do sector. Por classes de dimensão, as microempresas apresentaram os resultados mais positivos com mais de 75% das empresas a registarem prazos médios de pagamentos superiores aos de recebimentos.

A informação adicional disponível na Central de Responsabilidades de Crédito mostra que os empréstimos concedidos por instituições de crédito residentes às empresas do sector das *Indústrias Alimentares* registaram um decréscimo de 10% em 2009, tendo estagnado em 2010 e aumentado 3% no primeiro semestre de 2011. O rácio de incumprimento deste crédito tem vindo a deteriorar-se, situando-se no final do primeiro semestre de 2011 em 3.7% com cerca de 20% das empresas do sector a apresentar pelo menos uma situação de incumprimento. Não obstante, as *Indústrias Alimentares* continuaram a comparar favoravelmente com o sector das SNF, que na mesma data registava um rácio de incumprimento de 5.7% reflexo da situação de cerca de 23% das empresas.

I	INTRODUÇÃO	7
II	CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES	9
II.1	Estrutura	9
II.2	Concentração	14
II.3	Dinâmica	15
III	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	17
III.1	Enquadramento	17
III.2	Actividade e rendibilidade	17
III.2.1	Volume de negócios	17
Caixa 1:	Relevância do exterior na actividade operacional das empresas do sector das Indústrias Alimentares	18
III.2.2	Custos operacionais	20
III.2.3	EBITDA	21
III.2.4	Rendibilidade dos capitais próprios	21
III.3	Situação financeira	23
III.3.1	Estrutura financeira	23
Caixa 2:	Empréstimos obtidos junto de instituições de crédito residentes em Portugal - caracterização com base na Central de Responsabilidades de Crédito	25
III.3.2	Custos financeiros e solvabilidade	27
Caixa 3:	Crédito obtido através de emissões de títulos de dívida - caracterização com base no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos	29
III.3.3	Financiamento por dívida comercial	30
IV	REFERÊNCIAS	32
V	Anexo: Principais indicadores do Sector das Indústrias Alimentares (2009)	33

ABREVIATURAS

CAE	Classificação Portuguesa das Actividades Económicas
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
EBITDA	Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (do inglês <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>)
ENI	Empresários em Nome Individual
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
HHI	<i>Herfindahl-Hirschman Index</i>
IC	Instituições de Crédito
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
p.p.	Pontos Percentuais
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas (excluem as microempresas, neste <i>Estudo</i>)
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SEC 95	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNF	Sociedades não Financeiras

I. INTRODUÇÃO

O estudo *Análise do Sector das Indústrias Alimentares* avalia a situação económica e financeira das empresas pertencentes ao sector das *Indústrias Alimentares* tendo por base a informação compilada pela Central de Balanços do Banco de Portugal¹. Esta base de dados contém informação referente às empresas que compõem o sector institucional das Sociedades não Financeiras (SNF)², pelo que se excluem desta análise os Empresários em Nome Individual (ENI). A análise incide sobre o período 2006-2009, sendo dado algum detalhe adicional para o ano de 2010 e primeiro semestre de 2011 no que diz respeito ao financiamento por empréstimos bancários e títulos de dívida.

Mais do que apresentar dados agregados, que são disponibilizados através das publicações estatísticas do Banco de Portugal³, procura-se neste *Estudo*, para o conjunto de indicadores seleccionados, caracterizar esses agregados em termos da dispersão dos resultados individuais das empresas⁴ que constituem o sector. Para este efeito recorre-se frequentemente à apresentação dos dados em termos da sua distribuição por quartis⁵, evitando assim distorções provocadas por eventuais observações extremas que enviesam a análise dos resultados agregados⁶.

Adicionalmente, analisam-se os contributos de vários subconjuntos de empresas para a determinação dos resultados agregados das *Indústrias Alimentares*. Neste domínio, as empresas são distribuídas por Grupos⁷ da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas – Revisão 3 (CAE-Rev.3) e por classes de dimensão. Em termos de dimensão, são analisadas três classes principais: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação são utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas (PME) não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e maior que 10 e um volume de negócios anual entre 2 e 50 milhões de euros ou um balanço total anual entre 2 e 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

¹ A Central de Balanços é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação utilizada neste *Estudo* baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da IES, que cobrem a quase totalidade das empresas do sector das SNF. Para mais detalhes relativamente à actividade da Central de Balanços devem ser consultados os Suplementos ao Boletim Estatístico 5/2005 – *Estatísticas das SNF da Central de Balanços* e 1/2008 – *Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*, bem como a publicação *Estudos da Central de Balanços | 1, Novembro de 2010 – Quadros da Empresa e do Sector*.

² O sector das SNF constitui um dos sectores institucionais da economia. A sectorização institucional dos agentes económicos é efectuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995 (SEC 95), aprovado pelo Conselho através do Regulamento nº 2223/96, de 25 de Junho. O SEC95 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. Tendo por base este normativo, os Empresários em Nome Individual (ENI) estão incluídos no sector institucional dos Particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste documento excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respectivo volume de negócios).

³ As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no Boletim Estatístico do Banco de Portugal (Capítulo G) e nos Quadros do Sector, ambos disponíveis no sítio do Banco de Portugal na Internet e no *BPstat | Estatísticas Online*.

⁴ Por uma questão de simplificação utilizam-se neste *Estudo* as expressões “empresa” e “sociedade” de forma indiferenciada, sendo que ambas excluem o agregado dos ENI.

⁵ Para se calcular os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde ao valor da empresa que se situa na posição correspondente a 25% da amostra ordenada (i.e., em que 25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde a 50%, ou seja, o valor do indicador para esta empresa parte a distribuição ao meio, existindo metade das empresas com valor superior ao daquela empresa e metade com valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e apenas 25% têm valor superior). O intervalo inter-quartis (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão existente na distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação *Estudos da Central de Balanços | 1, Novembro de 2010 – Quadros da Empresa e do Sector*.

⁶ Adicionalmente, os dados anuais considerados no âmbito desta análise compreendem a informação de todas as empresas do sector das *Indústrias Alimentares* com reporte da IES. Dada a cobertura não exaustiva do universo das empresas em Portugal no período anterior à IES, os resultados da série histórica divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal baseiam-se nos dados das empresas comuns em dois anos consecutivos.

⁷ De acordo com a CAE-Rev.3, incluem-se no sector das *Indústrias Alimentares* (Divisão 10) os seguintes Grupos: CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; CAE 105 – Indústria de lacticínios; CAE 106 – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; CAE 108 – Indústria de outros produtos alimentares; CAE 109 – Fabricação de alimentos para animais.

A análise inicia-se com uma caracterização das *Indústrias Alimentares*, em que é avaliada a estrutura do sector em termos de actividade económica, classe de dimensão, localização geográfica, maturidade e natureza jurídica das empresas que o compõem. São igualmente apresentados dados referentes à dinâmica e concentração empresarial do sector. Apenas para efeitos de caracterização do sector recorre-se a dados anteriores a 2006, baseados nas estimativas do Banco de Portugal para o universo das SNF em Portugal. De seguida, avalia-se a situação económica e financeira das empresas do sector das *Indústrias Alimentares*. Para esse efeito, examina-se a evolução do volume de negócios ao longo do período em análise e procura-se determinar em que medida esta se reflecte nas rendibilidades obtidas pelas empresas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades nas componentes operacional e financeira da actividade das empresas, procurando também dar alguma informação sobre a capacidade de solvência do sector.

Neste *Estudo* são também efectuadas comparações entre a situação das *Indústrias Alimentares* e a do agregado das SNF em Portugal para todos os indicadores analisados. Para mais detalhe sobre os resultados apurados para o agregado das SNF devem ser consultados os números 2 e 3 dos *Estudos da Central de Balanços* do Banco de Portugal (de Dezembro de 2010 e de Setembro de 2011, respectivamente), intitulados: *Estrutura e Dinâmica das Sociedades Não Financeiras em Portugal e Análise Sectorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal*.

II. CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES

Nesta secção recorreu-se a dados para anos anteriores a 2006 baseados no universo das SNF em Portugal estimado a partir de bases de dados estatísticas disponíveis no Banco de Portugal, o que permitiu avaliar a evolução da situação do sector das *Indústrias Alimentares* em termos das suas características e composição ao longo de uma década (2000-2009). A informação proveniente da IES, com início no ano de 2006, representou um contributo considerável para o apuramento daquele universo.

II.1 Estrutura

O sector das *Indústrias Alimentares* constitui uma das vinte e quatro Divisões da Secção das *Indústrias Transformadoras* da CAE-Rev.3, agregando as actividades de transformação dos *produtos da agricultura, produção animal e pesca em produtos para consumo humano ou animal ou em produtos intermédios não directamente consumidos e destinados a ser integrados na cadeia produtiva* doutras actividades das *Indústrias Transformadoras*.

Em 2009, as *Indústrias Alimentares* agregavam perto de 5.6 mil empresas, representativas de 16% do volume de negócios, 13% do número de pessoas ao serviço e 14% do número de empresas das *Indústrias Transformadoras*⁸ (Tabela 1). Em 2000, com sensivelmente o mesmo peso em número de empresas (13%), as *Indústrias Alimentares* representavam menos 3 p.p. tanto ao nível do volume de negócios como do número de pessoas ao serviço das *Indústrias Transformadoras*. Avaliado no total das SNF em Portugal, o sector das *Indústrias Alimentares* representava, em 2009, cerca de 1.5% do número de empresas, 3% do número de pessoas ao serviço e 3.4% do volume de negócios.

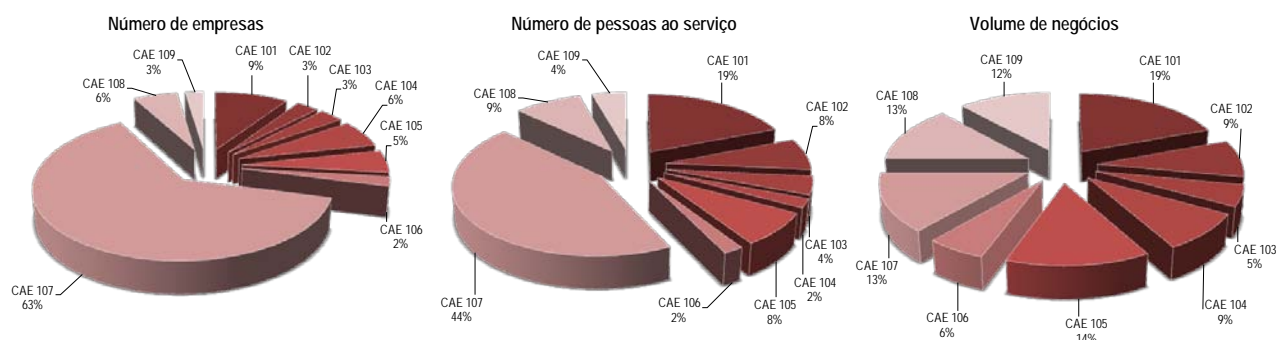
Tabela 1 – Peso do sector nas *Indústrias Transformadoras* e nas SNF (2000 e 2009)

		Peso nas <i>Indústrias Transformadoras</i>	Peso nas SNF
2000	Nº Empresas	13.0%	1.8%
	Volume de negócios	13.2%	3.4%
	Nº Pessoas ao serviço	10.0%	3.4%
2009	Nº Empresas	13.5%	1.5%
	Volume de negócios	16.2%	3.4%
	Nº Pessoas ao serviço	12.9%	3.0%

O Gráfico 1 mostra a composição das *Indústrias Alimentares* por Grupos da CAE tendo por base três variáveis quantitativas. Em número de empresas e número de pessoas ao serviço, as *Indústrias Alimentares* eram claramente dominadas pela CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha*, que representava cerca de 63% do número de empresas e de 44% do número de pessoas ao serviço. Não obstante, em termos de volume de negócios, esta actividade não excedia 14%. De resto, o volume de negócios das *Indústrias Alimentares* estava relativamente bem distribuído pelas diversas actividades abrangidas. Ainda assim, a CAE 101 - *Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne* destacava-se como actividade mais expressiva, com 19% do volume de negócios. No pólo oposto surgia a CAE 103 – *Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas*, com um peso de apenas 5%.

⁸ As *Indústrias Transformadoras* agregavam em Portugal, no ano de 2009, mais de 11% das empresas, perto de 24% do número de pessoas ao serviço e cerca de 21% do volume de negócios das SNF.

Gráfico 1 – Composição do sector, por Grupos da CAE-Rev.3 (2009)



Nota: CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; CAE 105 – Indústria de lacticínios; CAE 106 – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; CAE 108 – Indústria de outros produtos alimentares; CAE 109 – Fabricação de alimentos para animais.

Em consequência desta especificidade da CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha*, os restantes Grupos da CAE apresentavam pesos mais relevantes no volume de negócios das *Indústrias Alimentares* do que em número de empresas.

Em termos evolutivos, a estrutura das *Indústrias Alimentares* não sofreu grandes alterações ao longo da última década. Ainda assim, notou-se, em todos os indicadores analisados, um ligeiro aumento da relevância da CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha*, por contrapartida das CAE 103 – *Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas*, CAE 104 – *Produção de óleos e gorduras animais e vegetais* e CAE 109 – *Fabricação de alimentos para animais*.

Considerando a desagregação das *Indústrias Alimentares* com base na **dimensão das empresas**, é de destacar a relevância das PME no sector. De facto, as PME agregavam 32% das empresas, 66% do número de pessoas ao serviço e 55% do volume de negócios do sector, o que comparava com, respectivamente, 13%, 46% e 43% no agregado das SNF em Portugal (Tabela 2). Em contrapartida, as microempresas neste sector representavam menos 20 p.p. no número de empresas e menos 10 p.p. no número de pessoas ao serviço e no volume de negócios do que no total das SNF. Também as grandes empresas exibiam um menor peso nas *Indústrias Alimentares*, essencialmente em termos do número de pessoas ao serviço.

Tabela 2 – Composição do sector, por dimensão das empresas (2009)

		SNF	Indústrias Alimentares
Empresas	Microempresas	87.2%	67.0%
	Pequenas e médias empresas	12.5%	32.2%
	Grandes empresas	0.3%	0.7%
Volume de negócios	Microempresas	15.7%	5.9%
	Pequenas e médias empresas	43.1%	55.3%
	Grandes empresas	41.2%	38.8%
Pessoas ao serviço	Microempresas	25.5%	15.2%
	Pequenas e médias empresas	46.0%	65.7%
	Grandes empresas	28.4%	19.1%

O Gráfico 2 mostra a constituição de cada classe de dimensão tendo por base o volume de negócios gerado por cada Grupo da CAE. Assim, nas microempresas dominava a CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha*, que era responsável por 43% do volume de negócios. Nas PME, apesar de existir uma grande homogeneidade entre as várias actividades relativamente a este indicador, destacavam-se, ainda assim, as CAE 101 – *Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne* (21%), CAE 109 –

Fabricação de alimentos para animais (17%) e CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha (16%). Nas grandes empresas, três actividades agregavam, em conjunto, 65% do total do volume de negócios da classe: CAE 105 – Indústria de lacticínios (24%), CAE 108 – Fabricação de outros produtos alimentares (22%) e CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (19%).

Gráfico 2 – Composição das classes de dimensão das empresas (volume de negócios - 2009)



Nota: CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; CAE 105 – Indústria de lacticínios; CAE 106 – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; CAE 108 – Indústria de outros produtos alimentares; CAE 109 – Fabricação de alimentos para animais.

Em termos de **localização geográfica**⁹, as *Indústrias Alimentares* apresentavam uma elevada concentração junto do litoral, nomeadamente nos distritos de Lisboa e Porto, à semelhança do agregado das SNF (Figura 1). Não obstante, verificava-se no sector das *Indústrias Alimentares* um menor peso relativo do distrito de Lisboa (32% do volume de negócios do sector, que compara com 44% no universo das SNF em Portugal), sendo que, avaliado em número de empresas, era ultrapassado pelo distrito do Porto. No geral, existiam mais distritos relevantes na distribuição geográfica das *Indústrias Alimentares* do que no universo das SNF, sendo que essa situação era particularmente notória para a variável número de empresas.

Quando se avalia a localização geográfica das *Indústrias Alimentares* por volume de negócios constata-se, por comparação com o universo das SNF, a maior relevância dos distritos de Santarém (de 3% para 9%) e de Coimbra (de 2% para 5%), bem como a maior importância de alguns distritos do interior do país, nomeadamente Viseu (de 2% para 4%) e Castelo Branco (de 0.7% para 3%). Nas regiões autónomas, Ponta Delgada ganhava peso nas *Indústrias Alimentares* (4%, que compara com 1% no universo das SNF) em detrimento do Funchal (1% que compara com 5% no universo das SNF).

A Tabela 3 apresenta as principais localizações em 2009 de cada Grupo da CAE que integra as *Indústrias Alimentares*. Uma vez mais, destacavam-se os distritos de Lisboa e Porto, por surgirem sistematicamente como as localizações mais relevantes, sendo de assinalar as excepções que ocorriam nas CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas, ao nível do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço (Santarém com 31% e 22%, respectivamente), CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos, ao nível do número de empresas e do número de pessoas ao serviço (Aveiro com 18% e 17%, respectivamente) e, finalmente, CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais, onde Lisboa e Porto não surgiam sequer entre as três principais localizações em termos de número de empresas (Castelo Branco com 23%, Santarém com 12% e Bragança com 10%).

⁹ A localização geográfica refere-se ao distrito de localização da sede da empresa.

Figura 1 – Localização geográfica, Portugal continental (2009)

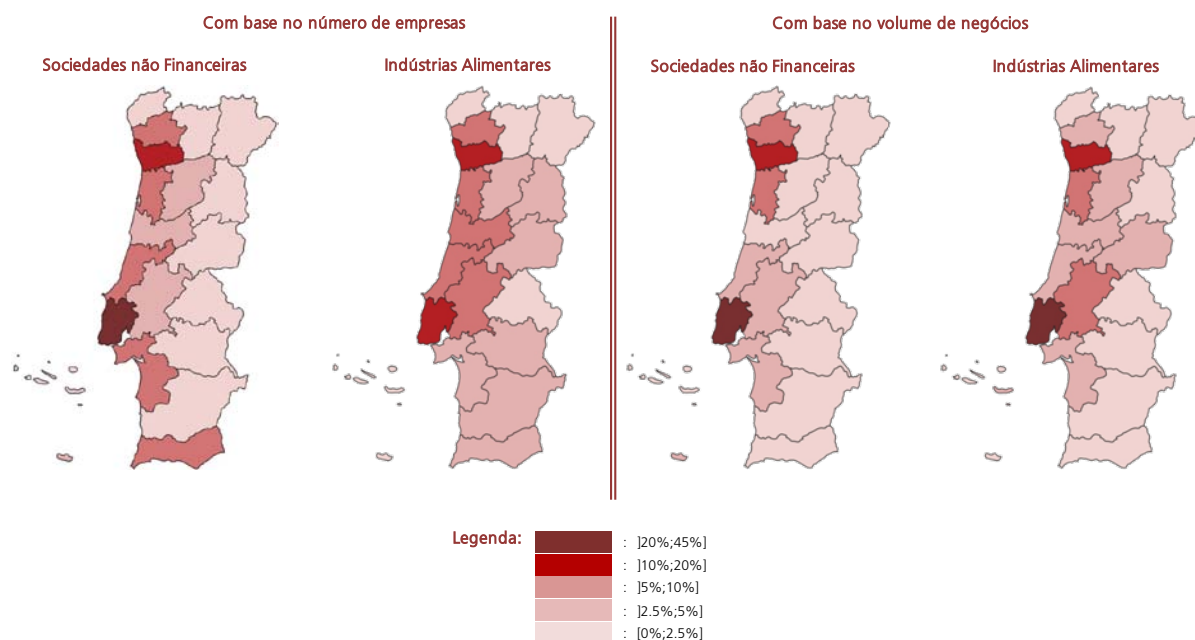
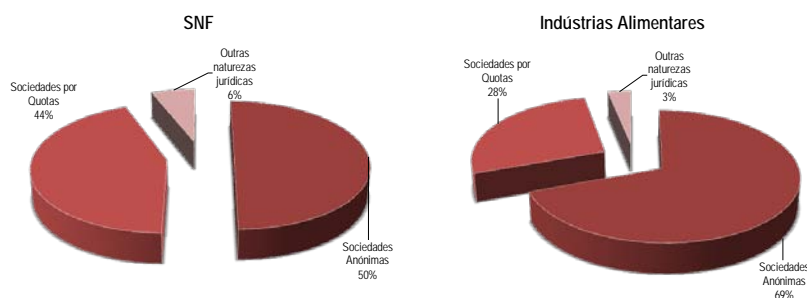


Tabela 3 – Localização geográfica, por Grupos da CAE Rev.3 (2009)

Grupo da CAE Rev. 3		Nº de Empresas		Volume de negócios		Pessoas ao serviço	
		Distrito (TOP 3)	% do total	Distrito (TOP 3)	% do total	Distrito (TOP 3)	% do total
CAE 101	Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	Lisboa	13.3%	Lisboa	30.7%	Lisboa	27.9%
		Porto	9.4%	Santarém	13.7%	Braga	11.1%
		Braga	8.7%	Coimbra	11.2%	Coimbra	9.5%
CAE 102	Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos	Aveiro	17.5%	Lisboa	19.3%	Aveiro	16.5%
		Porto	14.4%	Aveiro	17.0%	Porto	14.2%
		Leiria	11.3%	Viseu	12.9%	Ponta Delgada	11.5%
CAE 103	Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas	Lisboa	15.6%	Santarém	30.7%	Santarém	21.5%
		Santarém	9.2%	Lisboa	19.8%	Lisboa	21.3%
		Setúbal	8.1%	Coimbra	8.7%	Coimbra	12.8%
CAE 104	Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	Castelo Branco	22.9%	Lisboa	61.6%	Lisboa	36.1%
		Santarém	11.9%	Setúbal	11.1%	Beja	12.8%
		Bragança	9.9%	Viseu	8.1%	Aveiro	12.5%
CAE 105	Indústria de lacticínios	Lisboa	10.7%	Porto	45.3%	Porto	27.8%
		Évora	10.0%	Ponta Delgada	14.1%	Ponta Delgada	15.9%
		Guarda	9.7%	Castelo Branco	11.9%	Lisboa	13.8%
CAE 106	Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins	Porto	18.5%	Porto	30.4%	Porto	26.8%
		Lisboa	14.5%	Lisboa	20.8%	Lisboa	18.5%
		Santarém	12.1%	Aveiro	16.5%	Santarém	12.7%
CAE 107	Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha	Porto	20.8%	Lisboa	26.3%	Lisboa	20.2%
		Lisboa	12.6%	Porto	19.5%	Porto	18.5%
		Aveiro	12.1%	Aveiro	8.6%	Braga	9.2%
CAE 108	Indústria de outros produtos alimentares	Lisboa	27.2%	Lisboa	64.6%	Lisboa	48.6%
		Porto	20.1%	Porto	14.0%	Porto	17.8%
		Braga	8.0%	Santarém	8.3%	Santarém	6.5%
CAE 109	Fabricação de alimentos para animais	Lisboa	29.0%	Lisboa	31.1%	Lisboa	23.6%
		Leiria	16.8%	Leiria	18.4%	Leiria	14.9%
		Santarém	13.0%	Santarém	13.3%	Setúbal	12.0%

Relativamente à **natureza jurídica**¹⁰ das empresas, o volume de negócios das *Indústrias Alimentares* era gerado quase exclusivamente por empresas classificadas como sociedades anónimas e sociedades por quotas (Gráfico 3), algo já visível neste sector em 2000. Comparativamente com o agregado das SNF em Portugal constata-se que nas *Indústrias Alimentares* o volume de negócios originado por sociedades anónimas era superior (69%, que compara com 50% no total das SNF) em detrimento das sociedades por quotas (27%, que compara com 44%).

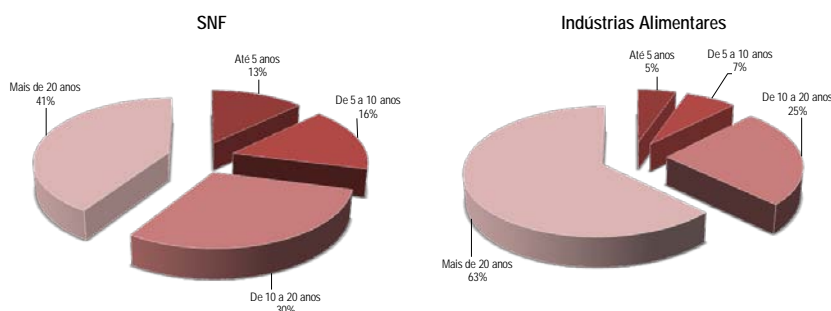
Gráfico 3 – Composição do sector, por natureza jurídica (volume de negócios - 2009)



No que respeita à **maturidade**¹¹ das empresas, o sector das *Indústrias Alimentares* era dominado por empresas com mais de 20 anos. Esta situação é notória no Gráfico 4 onde se apresenta a composição do sector em 2009 por classes de maturidade, a qual se revela similar à registada em 2000 (ainda que as empresas com maturidade superior a 20 anos apresentassem então menor peso relativo – 54% do volume de negócios do sector).

Quando se compara com o agregado das SNF constata-se que a classe das empresas com mais de 20 anos tinha um peso superior nas *Indústrias Alimentares* (em termos de volume de negócios, 63% que compara com 41% nas SNF), o que significava que as empresas mais jovens tinham menor relevância no sector. De facto, enquanto no agregado das SNF as empresas com menos de 5 anos eram responsáveis por 13% do volume de negócios, nas *Indústrias Alimentares* esse peso era de apenas 5%. Nas empresas com idades entre 5 e 10 anos a diferença entre os dois sectores era de 9 p.p. (16% no total das SNF e 7% nas *Indústrias Alimentares*) e nas empresas com idades compreendidas entre os 10 e os 20 anos situava-se nos 5 p.p. (30% nas SNF e 25% nas *Indústrias Alimentares*).

Gráfico 4 – Composição do sector, por maturidade das empresas (volume de negócios - 2009)



¹⁰ Atendendo à multiplicidade de categorias que o normativo nacional comporta para a classificação das empresas por natureza jurídica, optou-se por destacar apenas as sociedades anónimas e as sociedades por quotas sendo as restantes naturezas jurídicas agregadas sob a designação de "outras".

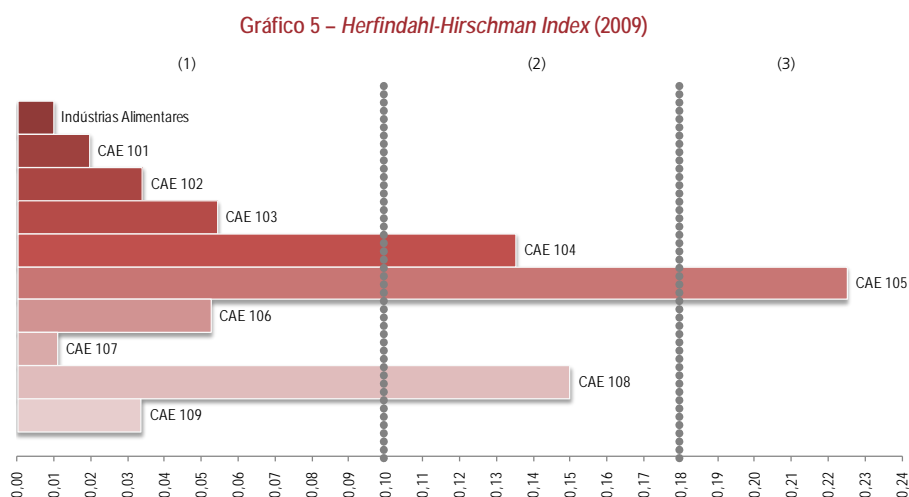
¹¹ A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. De forma a definir conjuntos relativamente homogêneos e com significado ao nível da informação produzida, foram construídas quatro classes de maturidade: até 5 anos (inclusive); de 5 a 10 anos (inclusive); entre 10 e 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos.

II.2 Concentração

Para caracterizar o sector das *Indústrias Alimentares* em termos da concentração empresarial, foi calculado o *Herfindahl-Hirschman Index* (HHI) atendendo à quota de mercado de cada empresa na respectiva actividade¹² (Gráfico 5).

Com base nos resultados obtidos, verifica-se que as *Indústrias Alimentares* apresentavam um resultado que se coaduna com o de um mercado sem concentração. Desagregando pelos Grupos da CAE que constituem este sector, destacava-se a *CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha* por ser a que reunia quotas de mercado mais diluídas, i.e., a que apresentava menor concentração empresarial. Na posição oposta estava a *CAE 105 – Indústria de lacticínios*, com um HHI que a classificava no segmento de mercado altamente concentrado. Refira-se que, neste Grupo da CAE, as cinco empresas com maior quota de mercado eram responsáveis por mais de 70% do volume de negócios e perto de metade do número de pessoas ao serviço do agregado.

A *CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais*, com um HHI de 0.14, e a *CAE 108 – Fabricação de outros produtos alimentares*, com um HHI de 0.15, evidenciavam alguma concentração. As restantes actividades pertencentes às *Indústrias Alimentares* apresentavam baixo nível de concentração.



Nota: (1) $HHI < 0,1$, i.e., mercado sem concentração; (2) $0,1 < HHI < 0,18$, i.e., mercado com alguma concentração; (3) $HHI > 0,18$, i.e., mercado altamente concentrado.

CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; **CAE 102** – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; **CAE 103** – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; **CAE 104** – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; **CAE 105** – Indústria de lacticínios; **CAE 106** – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; **CAE 107** – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; **CAE 108** – Indústria de outros produtos alimentares; **CAE 109** – Fabricação de alimentos para animais.

Os níveis de concentração apresentados pela generalidade dos Grupos da CAE das *Indústrias Alimentares* não sofreram alterações significativas ao longo da última década, tendo mantido a posição relativa entre si. A excepção verificou-se na *CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais*, que registou um aumento do nível de concentração nos últimos dez anos dado que o HHI passou de 0.1 no ano de 2000 para 0.14 em 2009 (em 2000, as cinco maiores empresas deste Grupo representavam pouco mais de 60% do respectivo volume de negócios, enquanto em 2009 passaram a representar 73%).

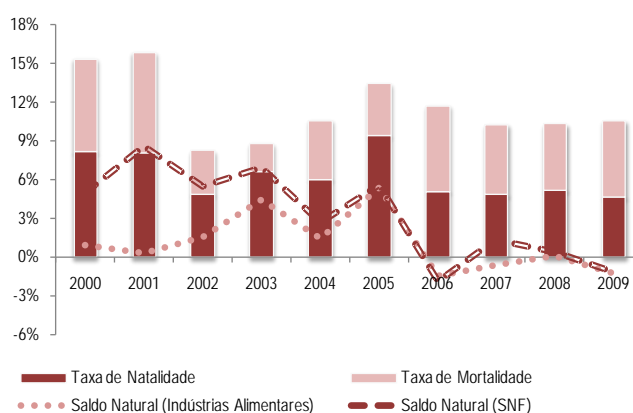
¹² A quota de mercado s_i foi apurada a partir do volume de negócios individual y_i enquanto $s_i = y_i / \sum_{i=1}^n y_i$, sendo o HHI dado por $\sum_{i=1}^n s_i^2$. O HHI assume valores entre $1/n$ e 1, com os valores entre $1/n$ e 0.1 a representarem mercados sem concentração, entre 0.1 e 0.18 a indicarem mercados com alguma concentração e valores acima de 0.18 a indicarem uma elevada concentração empresarial. O valor 1 é assumido numa situação de monopólio em que uma empresa detém toda a quota de mercado.

II.3 Dinâmica

O Gráfico 6 apresenta a taxa de turbulência¹³ do sector das *Indústrias Alimentares*, sendo visível que, no período analisado, esta atingiu os níveis mais elevados (em torno dos 16%) em 2000 e 2001, tal como se verificou no agregado das SNF (com taxas de turbulência entre 20% e 25%). Nos períodos que se seguiram, assistiu-se a uma maior estabilidade, com a taxa a variar entre 8% e 13% (que compara com 13% e 18% para o agregado das SNF).

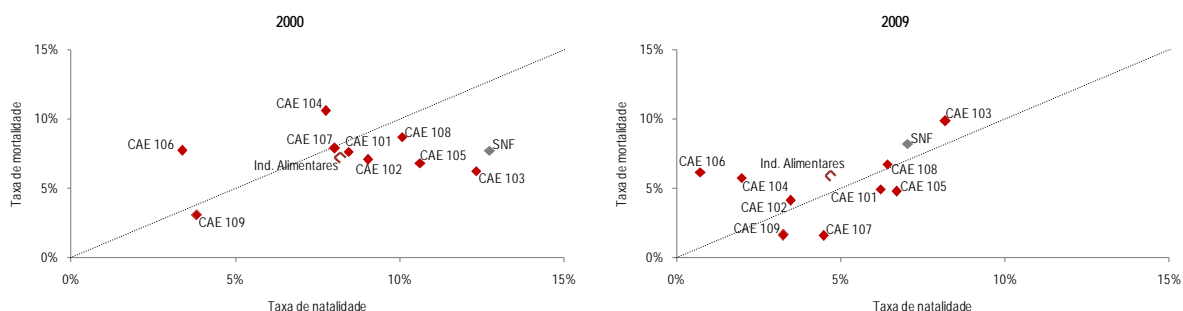
De notar também que o saldo natural (dado pela diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade) nas *Indústrias Alimentares* foi sempre inferior ao do agregado das SNF, ainda que o tenha seguido em tendência. A partir de 2005, este indicador chegou mesmo a apresentar valores negativos em alguns períodos, reflexo de uma diminuição do número de empresas a operar no sector das *Indústrias Alimentares*.

Gráfico 6 – Taxa de turbulência



Por Grupos da CAE verifica-se que a maioria das actividades ligadas às *Indústrias Alimentares* apresentavam menores taxas de natalidade e de mortalidade em 2009 do que em 2000 (Gráfico 7). De entre as actividades com saldo natural negativo em 2009 destacou-se a CAE 106 – *Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins*. Do lado oposto, a CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha* apresentou o saldo natural mais positivo.

Gráfico 7 – Taxa de turbulência, por Grupos da CAE-Rev.3



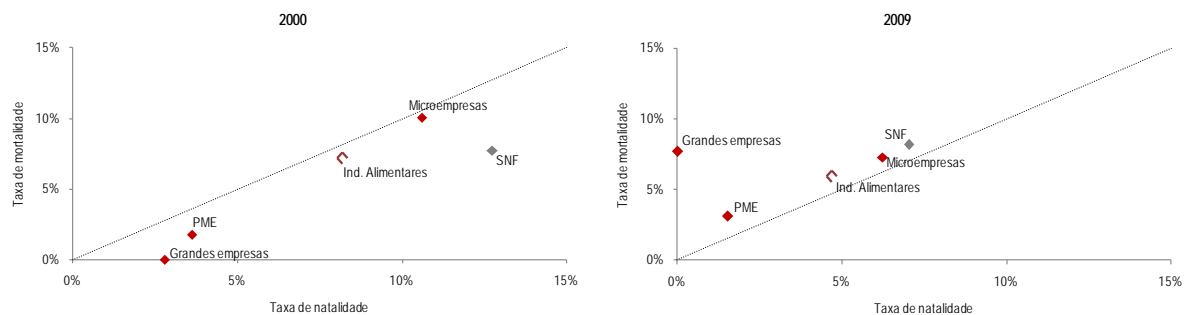
Nota: CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; CAE 105 – Indústria de lacticínios; CAE 106 – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; CAE 108 – Indústria de outros produtos alimentares; CAE 109 – Fabricação de alimentos para animais.

A diminuição da taxa de turbulência foi também generalizada a todas as classes de dimensão das empresas como se pode observar no Gráfico 8. As microempresas registaram nos dois anos observados os maiores níveis de turbulência,

¹³ A taxa de turbulência permite aferir a dinâmica de criação e encerramento de empresas numa economia. É calculada através da soma da taxa de natalidade (apurada a partir do rácio entre as empresas que iniciaram a sua actividade e o número de empresas activas no período de referência) e da taxa de mortalidade (que resulta do rácio entre as empresas que deixaram de manifestar actividade e o número de empresas activas no período de referência) das empresas.

mas com o saldo natural sempre próximo do equilíbrio. As PME e as grandes empresas do sector, que em 2000 exibiram saldos naturais claramente positivos, passaram em 2009 para a situação oposta.

Gráfico 8 – Taxa de turbulência, por dimensão das empresas



Ainda assim, mesmo com a existência de saldos naturais negativos nos períodos mais recentes, no acumulado dos últimos dez anos verificou-se uma expansão do número de empresas do sector das *Indústrias Alimentares*, que passou de perto de 5 mil empresas em 2000 para cerca de 5.6 mil empresas em 2009.

III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

III.1 Enquadramento

A evolução do sector das *Indústrias Alimentares* não pode ser dissociada da situação do conjunto das SNF em Portugal e, em última instância, do contexto mais alargado da economia portuguesa.

Assim, o ano de 2009 foi caracterizado por uma retracção do PIB português (2.5%), depois de vários anos de crescimento reduzido da actividade económica (em 2008 a taxa de variação homóloga do PIB foi nula, em 2007 de 2.4% e em 2006 de 1.4%). O PIB cresceu em 2010 (1.3%), mas em desaceleração ao longo do ano¹⁴.

A actividade das SNF em Portugal foi determinante para a evolução do PIB português no período 2006-2010, sendo que a mesma se encontrou muito dependente do acesso das empresas ao crédito. Com efeito, as SNF em Portugal apresentam um dos níveis de endividamento mais elevados do conjunto da área do euro. No final de 2010 a dívida financeira deste sector ultrapassava os 150% do PIB (compara com 102% na área do euro), tendo esta rubrica registado um crescimento assinalável na última década (em 2000 representava 114% do PIB)¹⁵.

Ao longo da generalidade do período analisado neste *Estudo* as empresas beneficiaram das condições relativamente favoráveis de financiamento da economia portuguesa. No entanto, em 2010 assistiu-se ao recrudescimento intenso da crise da dívida soberana na área do euro, tendo-se deteriorado de forma acentuada as condições de acesso aos mercados de financiamento internacionais, com impacto na forma de financiamento das empresas em Portugal¹⁶.

III.2 Actividade e rentabilidade

III.2.1 Volume de negócios

O volume de negócios das *Indústrias Alimentares* apresentou um crescimento acentuado no período 2006-2008, tendo contraído 7% em 2009. Ainda assim, é de notar o facto de o sector ter apresentado, no período em análise, taxas de crescimento sistematicamente superiores às do conjunto das SNF em Portugal (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Volume de negócios, total e por dimensão das empresas

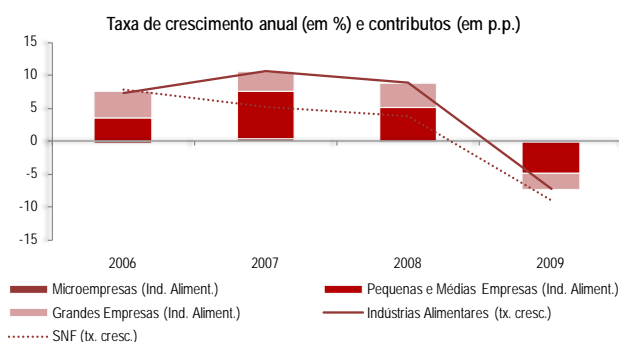
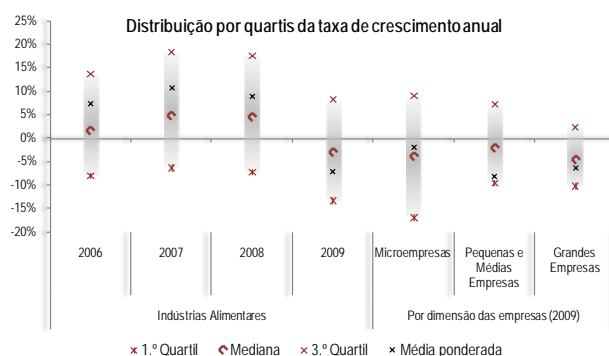


Gráfico 10 – Volume de negócios, total e por dimensão das empresas



Por **dimensão das empresas** a queda do volume de negócios das *Indústrias Alimentares* em 2009 foi, em média, mais acentuada nas PME (8%) e nas grandes empresas (6%) do que nas microempresas (2%). Atendendo ao seu

¹⁴ Todas as referências à evolução do PIB dizem respeito a variações em volume.

¹⁵ Dados referentes às contas financeiras não consolidadas do sector das SNF.

¹⁶ Para mais informações de índole macroeconómica deve ser consultado o Relatório Anual do Banco de Portugal, bem como o Boletim Económico, divulgado trimestralmente. Ambas as publicações estão disponíveis em <http://www.bportugal.pt>.

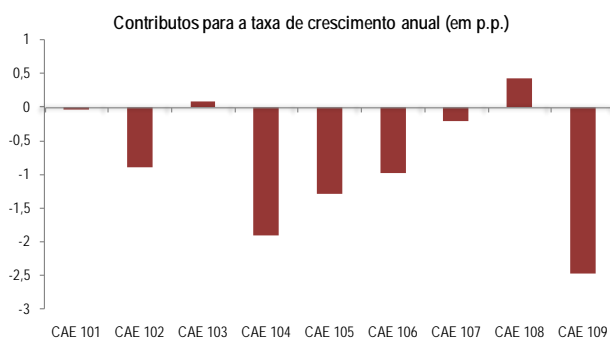
peso no sector (94% em termos do volume de negócios), as empresas de maior dimensão (PME e grandes empresas) determinaram o resultado do sector das *Indústrias Alimentares*.

O Gráfico 10 permite verificar que em 2009 metade das empresas (mediana) das *Indústrias Alimentares* apresentou decréscimos no volume de negócios superiores a 3%, enquanto no ano anterior uma proporção semelhante de empresas apresentava crescimentos superiores a 4%. A deterioração deste indicador em 2009 é evidente também ao nível do primeiro e terceiro quartis (descem 6 p.p. e 9 p.p., respectivamente), confirmando que a queda do volume de negócios foi sentida pela generalidade das empresas do sector.

A mediana deste indicador não difere substancialmente entre as classes de **dimensão das empresas**, sendo, ainda assim, de destacar o facto de as grandes empresas terem apresentado o valor mais negativo (-5%). Da comparação entre as várias classes de dimensão ressalta também a maior homogeneidade de resultados ao nível das PME e das grandes empresas, por comparação com as microempresas onde o intervalo inter-quartis é bastante superior (26 p.p., que compara com 17 p.p. nas PME e 13 p.p. nas grandes empresas).

Por sectores de actividade económica a evolução do volume de negócios foi negativa em todas as actividades que integram as *Indústrias Alimentares*, com excepção da CAE 108 – *Indústria de outros produtos alimentares* e, marginalmente, da CAE 103 – *Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas*. Os maiores contributos¹⁷ para a queda do volume de negócios das *Indústrias Alimentares* resultaram das CAE 109 – *Fabricação de alimentos para animais* e CAE 104 – *Produção de óleos e gorduras animais e vegetais* (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Volume de negócios, por Grupos da CAE-Rev.3 (2009)



Nota: CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; CAE 105 – Indústria de laticínios; CAE 106 – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; CAE 108 – Indústria de outros produtos alimentares; CAE 109 – Fabricação de alimentos para animais.

CAIXA 1: Relevância do exterior na actividade operacional das empresas do sector das *Indústrias Alimentares*

Efectua-se nesta Caixa uma avaliação do peso do mercado externo na actividade operacional das empresas do sector das *Indústrias Alimentares* tendo por base os dados da IES¹⁸.

Em 2009, as exportações de bens e serviços representaram 15% do volume de negócios agregado das *Indústrias Alimentares*. Esta proporção foi mais significativa nas classes de maior dimensão, tendo ascendido a 22% no caso das grandes empresas, enquanto nas microempresas apenas 4% do volume de negócios foi dirigido para o exterior (Gráfico 1.1). O peso das exportações no volume de negócios das *Indústrias Alimentares* seguiu uma trajectória crescente (em 2006 o seu valor era de 11%), sendo que em 2009 se aproximou significativamente do verificado no agregado das SNF.

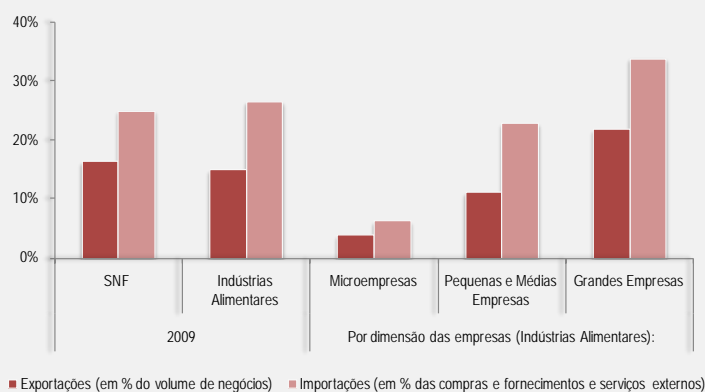
No que concerne às importações, 26% das aquisições de bens e serviços efectuadas em 2009 pelas *Indústrias Alimentares* teve origem no exterior. Por dimensão das empresas é também visível a relação já identificada ao nível

¹⁷ O contributo de uma classe é calculado tendo por base o resultado apurado ao nível da classe e o peso da mesma no respectivo agregado. O somatório dos contributos das várias classes corresponde ao valor do indicador calculado para o agregado.

¹⁸ Os dados reportados pelas empresas no âmbito da IES relativamente a operações de exportação e de importação de bens e serviços são sujeitos a controlo de qualidade no Banco de Portugal por confronto, nomeadamente, com os dados da balança de pagamentos. Ainda assim, o controlo que é possível efectuar não garante que os dados finais de cada empresa na IES sejam totalmente coincidentes com os dados que sobre ela constam nas estatísticas do comércio internacional.

das exportações, com as microempresas a encontrarem-se relativamente menos envolvidas em importações (apenas 6% das suas compras e fornecimentos e serviços externos tiveram origem no exterior) do que as grandes empresas (perto de 34%). De notar, ainda, que o peso das importações de bens e serviços no sector das *Indústrias Alimentares* foi ligeiramente superior, ao longo de todo o período 2006-2009, ao do agregado das SNF em Portugal.

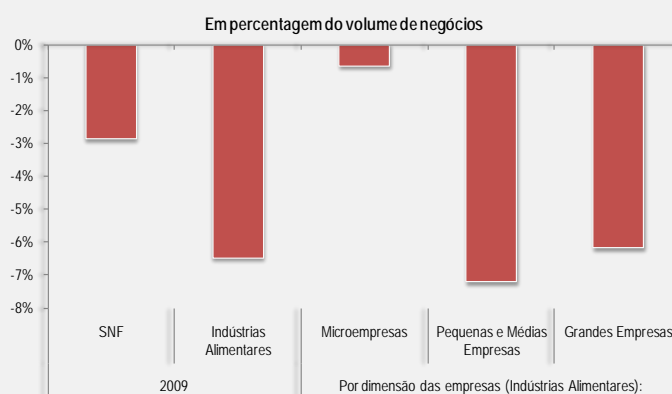
Gráfico 1.1 - Exportações e Importações de bens e serviços



Deste modo, as *Indústrias Alimentares* tiveram em 2009 um saldo deficitário nas operações comerciais com o exterior, com as importações a excederem as exportações num montante equivalente a cerca de 7% do volume de negócios, que compara com 3% no agregado das SNF em Portugal. Este valor revela, ainda assim, uma melhoria face a 2006, ano em que o saldo deficitário se situava em 11%.

O Gráfico 1.2 mostra que este défice foi transversal a todas as classes de dimensão das empresas. Nas microempresas o défice foi estimado em apenas 1% do respectivo volume de negócios, reflexo do pouco envolvimento deste tipo de empresas com o exterior. Nas PME o saldo negativo foi de 7% e nas grandes empresas foi de 6%.

Gráfico 1.2 - Saldo das transacções com o exterior



III.2.2 Custos operacionais

No período de 2006 a 2008 os custos operacionais das *Indústrias Alimentares* registaram crescimentos consecutivos, tendo, porém, decrescido significativamente em 2009, com a taxa de variação anual a situar-se em -8% (Gráfico 12). Esta retracção esteve em linha com a queda de 9% registada pelo agregado das SNF em Portugal.

A redução ocorrida em 2009 nos custos operacionais das *Indústrias Alimentares* foi notada em praticamente todas as suas componentes, embora com intensidades diferentes. O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) e os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) tiveram descidas significativas (12% e 4%, respectivamente). Os custos com o pessoal cresceram de forma marginal, mantendo variações moderadas em todo o período analisado.

Como se pode verificar no Gráfico 13, a estrutura de custos operacionais nas *Indústrias Alimentares* em 2009 era distinta da registada pelo agregado das SNF em Portugal. Nas *Indústrias Alimentares* o CMVMC tinha maior relevância (+17 p.p.), que era compensada pelo menor peso das restantes rubricas, com destaque para os FSE (-11 p.p.) e os custos com o pessoal (-4 p.p.). Desta forma, não é de estranhar que mais de 90% da queda dos custos operacionais das *Indústrias Alimentares* se tenha devido à evolução ocorrida no CMVMC.

Ainda em termos da estrutura de custos, dentro do próprio sector das *Indústrias Alimentares* foi possível detectar algumas diferenças em função da **dimensão das empresas**. Enquanto nas microempresas os custos com o pessoal representavam cerca de 22% dos respectivos custos operacionais, nas PME e nas grandes empresas esta parcela era de 13% e 9%, respectivamente. Pelo contrário, o CMVMC das microempresas foi responsável por apenas 54% do total dos custos operacionais, enquanto nas restantes classes de dimensão esta componente representava perto de 70%.

Por **sectores de actividade económica**, constata-se que a estrutura apresentada pelas microempresas reflectia, sobretudo, a situação da CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha*, onde o CMVMC representava apenas 44% dos respectivos custos operacionais, enquanto os custos com o pessoal representavam 29%. Nas CAE 109 – *Fabricação de alimentos para animais* e CAE 104 – *Produção de óleos e gorduras animais e vegetais*, verificava-se o oposto, com o CMVMC a justificar mais de 80% dos respectivos custos operacionais, enquanto os custos com o pessoal se ficavam pelos 5%.

Gráfico 12 – Custos operacionais

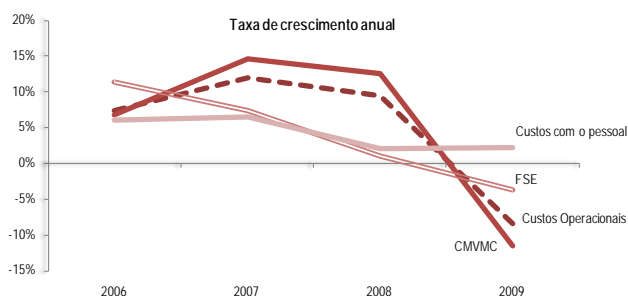
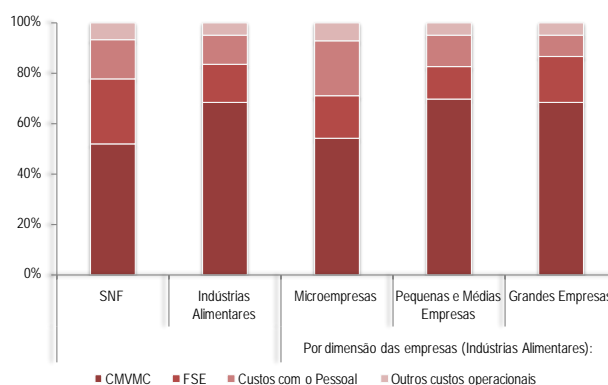


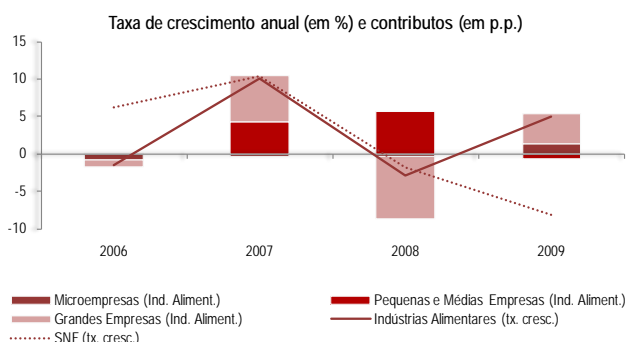
Gráfico 13 – Estrutura dos custos operacionais (2009)



III.2.3 EBITDA¹⁹

A taxa de crescimento do EBITDA das *Indústrias Alimentares* apresentou alguma instabilidade, tendo alternado entre valores positivos e negativos ao longo do período em análise. Em 2007 e 2008, a taxa de crescimento do EBITDA das *Indústrias Alimentares* esteve muito próxima da verificada no sector das SNF, contudo em 2009 assistiu-se a uma divergência significativa, com o EBITDA das *Indústrias Alimentares* a crescer 5%, enquanto o do total das SNF caiu 8% (Gráfico 14).

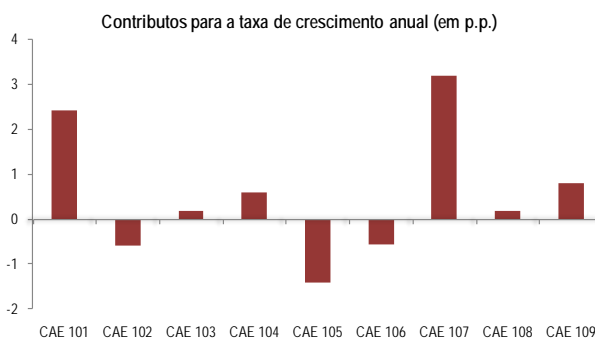
Gráfico 14 – EBITDA, total e por dimensão das empresas



Analisando as diferentes **classes de dimensão** das empresas constata-se que em 2009 apenas as PME não contribuíram positivamente para o crescimento verificado no sector. Ao invés, para este aumento foram relevantes as grandes empresas, onde o EBITDA aumentou 9%, tendo contribuído em cerca de 4 p.p. para o resultado global das *Indústrias Alimentares*. Esta situação explica-se pela maior capacidade que as grandes empresas tiveram para ajustar os seus custos operacionais de modo a colmatar a queda do volume de negócios. Para além do ano de 2009, as grandes empresas foram determinantes no comportamento do EBITDA do sector das *Indústrias Alimentares* em todo o período analisado.

Por **sectores de actividade económica**, o Gráfico 15 evidencia dois contributos significativos para o crescimento do EBITDA das *Indústrias Alimentares* em 2009: o da CAE 107 - *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha* (onde todas as classes de dimensão apresentaram crescimentos expressivos) e o da CAE 101 - *Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne* (em que foi significativa a prestação das grandes empresas). Pelo contrário, com contributo negativo destaca-se a CAE 105 - *Indústria de lacticínios*.

Gráfico 15 – EBITDA, por Grupos da CAE-Rev.3 (2009)



Nota: CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; CAE 105 – Indústria de lacticínios; CAE 106 – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; CAE 108 – Indústria de outros produtos alimentares; CAE 109 – Fabricação de alimentos para animais.

Assim, em face da recuperação do EBITDA, pode concluir-se que a diminuição do volume de negócios em 2009 foi compensada pela diminuição da componente de custos operacionais no sector das *Indústrias Alimentares*.

III.2.4 Rendibilidade dos capitais próprios²⁰

A rendibilidade dos capitais próprios das *Indústrias Alimentares* tem acompanhado de perto o valor registado pelo agregado das SNF em Portugal, com excepção do ano de 2007, em que a rendibilidade nas *Indústrias Alimentares* foi inferior em 4 p.p. (Gráfico 16). Em 2009, a rendibilidade dos capitais próprios das *Indústrias Alimentares* situou-se acima dos 5% (colocando este sector, pela primeira vez no período em análise, acima do agregado das SNF), o que

¹⁹ EBITDA, que representa a sigla da expressão inglesa *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, é entendido como o resultado do exercício acrescido dos custos registados por conta de juros, impostos, depreciações e amortizações.

²⁰ Calculada através do rácio entre o resultado líquido do exercício e os capitais próprios, esta rendibilidade mede o retorno obtido pelo capital investido pelos accionistas/sócios. Note-se que a rendibilidade dos capitais próprios, como se refere nos *Estudos da Central de Balanços | 1, Novembro de 2010 - Quadros da Empresa e do Sector*, é calculada, em termos individuais, apenas para as empresas com níveis de capitais próprios positivos.

representou um aumento de 2.3 p.p. face a 2008. Este crescimento decorreu não só da melhoria do EBITDA, já referida no ponto anterior, como também da contribuição positiva da componente financeira, que se verá adiante.

Atendendo à desagregação por **dimensão das empresas**, observa-se que a rentabilidade dos capitais próprios, em termos médios, foi sempre negativa nas microempresas, enquanto nas restantes classes foi sistematicamente positiva. À semelhança do verificado no agregado das SNF ao longo do período em análise, também neste sector se constata que, em média, a rentabilidade mais elevada situou-se na classe das grandes empresas. Em 2009, todas as classes registaram um aumento na rentabilidade dos capitais próprios tendo, desta forma, contribuído positivamente para o aumento do valor médio do sector.

Gráfico 16 – Rentabilidade dos capitais próprios, total e por dimensão das empresas

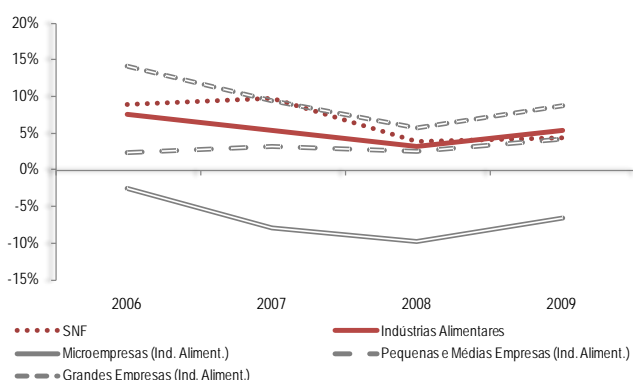
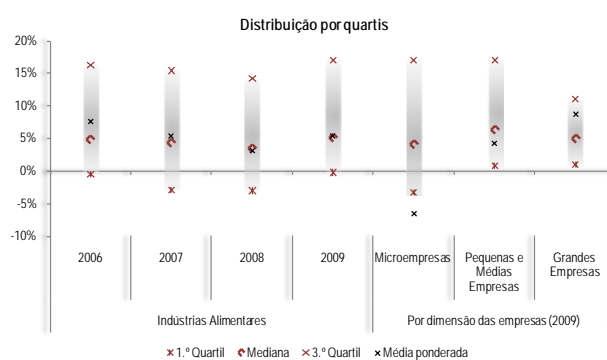


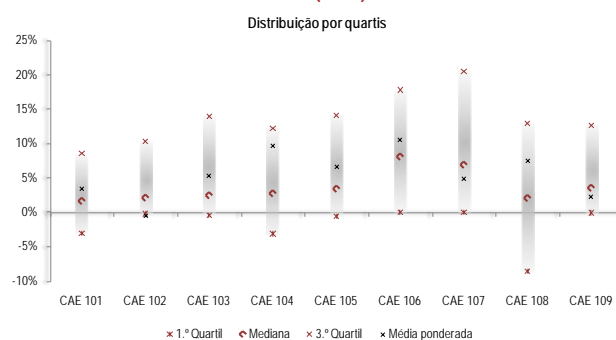
Gráfico 17 – Rentabilidade dos capitais próprios, total e por dimensão das empresas



Analisando os resultados individuais, constata-se que a rentabilidade tem sido positiva para a grande maioria das empresas das *Indústrias Alimentares* (Gráfico 17). Em 2009 houve inclusivamente uma melhoria deste indicador, com três quartos das empresas a conseguirem uma rentabilidade dos capitais próprios positiva, sendo que metade do total de empresas apresentou mesmo valores acima dos 5%. Estes resultados colocaram as *Indústrias Alimentares* em 2009 numa situação mais favorável do que a verificada para o agregado das SNF.

Atendendo à distribuição das rentabilidades das empresas por classes de dimensão, nota-se a elevada heterogeneidade dos resultados ao nível das microempresas. De facto, nesta classe um quarto das empresas teve rentabilidades abaixo dos -3% e outra parcela idêntica de empresas teve rentabilidades acima dos 17%. No entanto, o valor médio negativo apresentado pelas microempresas mostra que as principais empresas desta classe se situavam no grupo das rentabilidades negativas. Na situação oposta, surgem as grandes empresas, que foram claramente a classe mais homogénea, com um intervalo inter-quartis de 10 p.p. (valores de 1% e 11%, respectivamente no primeiro e terceiro quartis). Em termos medianos, as microempresas apresentaram a rentabilidade dos capitais próprios mais baixa (4%), enquanto as PME exibiram o valor mais alto (6%).

Gráfico 18 – Rentabilidade dos capitais próprios, por Grupos da CAE-Rev.3 (2009)



Nota: CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; CAE 105 – Indústria de laticínios; CAE 106 – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; CAE 108 – Indústria de outros produtos alimentares; CAE 109 – Fabricação de alimentos para animais.

Por **sectores de actividade económica**, observa-se que em todos os Grupos da CAE a maioria das empresas apresentou rendibilidades positivas (Gráfico 18). Não obstante, merece destaque a CAE 108 – *Indústria de outros produtos alimentares*, em que um quarto das empresas apresentou rendibilidades dos capitais próprios inferiores a - 8% (ainda que o valor médio da rendibilidade dos capitais próprios desta actividade se tenha situado nos 7%). Por outro lado, a CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha* apresentou o valor mais elevado ao nível do terceiro quartil (20%), embora tenha apresentado também uma grande dispersão neste indicador (intervalo inter-quartis de 20 p.p.).

Em termos médios, a CAE 106 – *Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins* registou o nível mais elevado da rendibilidade dos capitais próprios (acima de 10%), situação que contrasta com a da CAE 102 - *Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos*, que foi a única actividade do sector que registou um valor médio negativo na rendibilidade dos capitais próprios (perto de -1%), muito próximo do valor registado para o primeiro quartil da respectiva distribuição.

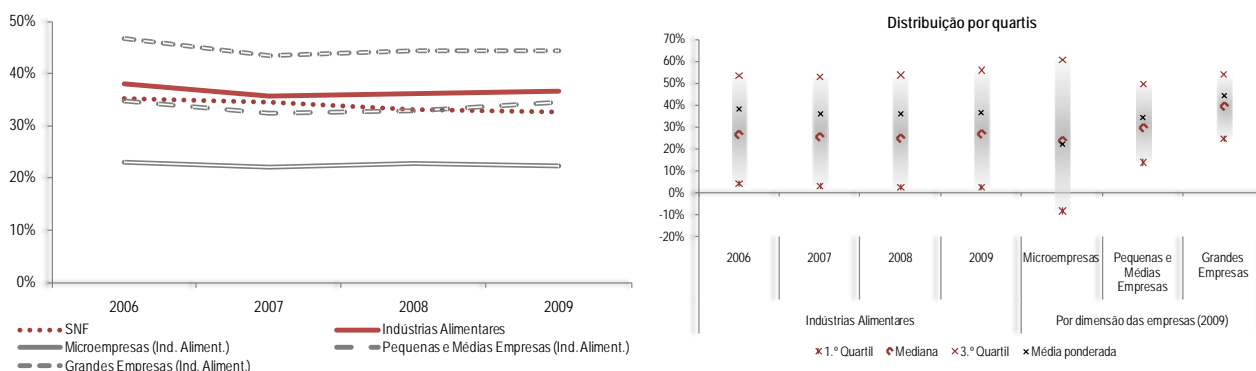
III.3 Situação financeira

III.3.1 Estrutura financeira

A autonomia financeira²¹ das *Indústrias Alimentares* situou-se, em termos médios, à volta dos 36% no período 2006-2009, cerca de 4 p.p. acima do valor obtido pelo agregado das SNF em Portugal (Gráfico 19). No sector em análise verificou-se igualmente que o grau de autonomia financeira aumentava com a **classe de dimensão das empresas**. De facto, em 2009 as microempresas apresentaram um grau de autonomia financeira de 22%, que compara com 34% nas PME e 44% nas grandes empresas.

Observando a distribuição por quartis constata-se que a maioria das empresas se encontrava abaixo do valor médio do sector (Gráfico 20). Com efeito, em 2009, metade das empresas (mediana) teve rácios de autonomia financeira inferiores a 27%, o que significa que nessas empresas os capitais próprios cobriam no máximo 27% dos activos. Neste domínio merece ainda destaque o facto de um quarto das empresas do sector (primeiro quartil) ter apresentado níveis de autonomia financeira inferiores a 3%, denotando que praticamente todo o activo dessas empresas era financiado por capital alheio.

Gráfico 19 – Autonomia financeira, total e por dimensão das empresas Gráfico 20 – Autonomia financeira, total e por dimensão das empresas



Adicionalmente, constata-se que era na classe das microempresas que se encontravam as situações mais preocupantes. Em 2009, mais de um quarto destas empresas registou autonomias financeiras negativas, como reflexo

²¹ Calculada através do rácio entre os capitais próprios e o activo total.

da existência de capitais próprios negativos, muitas vezes associados à acumulação de prejuízos em anos consecutivos. Esta classe foi também a que apresentou a maior dispersão de resultados individuais.

Considerando os sectores de actividade económica (Gráfico 21), a situação das microempresas encontrava-se reflectida nas CAE 107 - *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha* e CAE 108 – *Indústria de outros produtos alimentares*, no âmbito das quais pelo menos um quarto das empresas financiou os seus activos recorrendo exclusivamente a capital alheio. No entanto, os níveis de autonomia financeira destas actividades situaram-se, em termos médios, em valores mais elevados (28% e 42%, respectivamente).

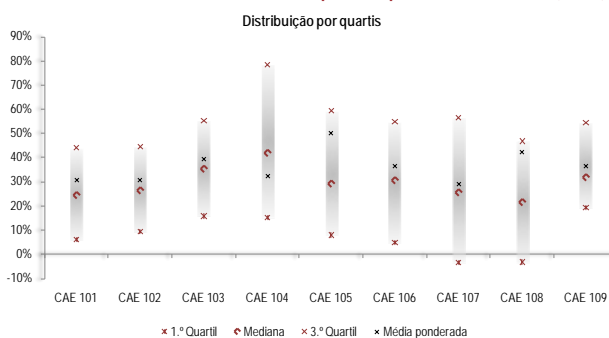
Analisando as fontes de financiamento externo à empresa²², constata-se que a dívida financeira em sentido lato e os créditos comerciais representavam, em conjunto, perto de 81% do passivo²³ das *Indústrias Alimentares*, sendo que esta proporção variava entre 74% nas microempresas e 85% nas grandes empresas (Gráfico 22). Estas estruturas mantiveram-se relativamente inalteradas no período 2006-2009.

O peso conjunto destas duas fontes de financiamento nas *Indústrias Alimentares* estava em linha com o observado no agregado das SNF. Contudo, os créditos comerciais considerados isoladamente apresentavam maior relevância nas *Indústrias Alimentares* (28% contra 18% no total das SNF), por contrapartida do menor peso da dívida financeira.

Por **dimensão das empresas** a dívida financeira tinha um peso semelhante nas diferentes classes. No entanto, nas PME e nas grandes empresas a parcela mais relevante da dívida financeira era constituída pelos empréstimos bancários e títulos de dívida, enquanto nas microempresas destacavam-se igualmente os empréstimos de accionistas/sócios. Já no que respeita ao peso dos créditos comerciais nos passivos das empresas, este oscilava entre 17% nas microempresas e cerca de 30% nas PME e nas grandes empresas.

Por **sectores de actividade económica** a dívida financeira era particularmente significativa na CAE 106 – *Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins*, onde representava

Gráfico 21 – Autonomia financeira, por Grupos da CAE-Rev.3 (2009)



Nota: CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; CAE 105 – Indústria de laticínios; CAE 106 – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; CAE 108 – Indústria de outros produtos alimentares; CAE 109 – Fabricação de alimentos para animais.

Gráfico 22 – Estrutura do passivo, total e por dimensão das empresas (2009)

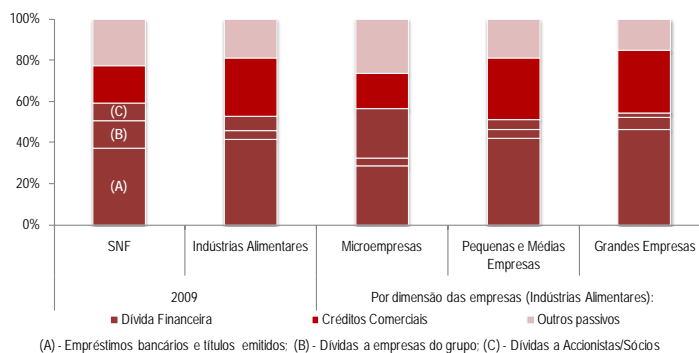
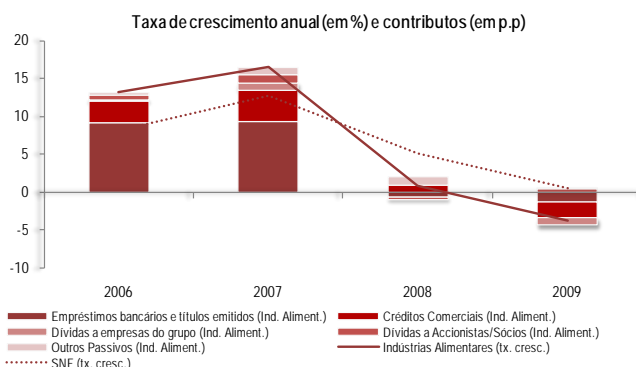


Gráfico 23 – Passivo



²² Para efeitos desta análise as fontes de financiamento externo à empresa foram decompostas em: dívida financeira em sentido lato (empréstimos bancários e títulos de dívida, dívidas a empresas do grupo e dívidas a accionistas/sócios), créditos comerciais e outros passivos (fornecedores de imobilizado, Estado e outros credores).

²³ Excluem-se os passivos de índole eminentemente contabilística, como são os acréscimos e diferimentos e as provisões.

mais de dois terços do passivo (80% dos quais afectos a empréstimos bancários). Os créditos comerciais assumiam maior relevância na CAE 101 – *Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne*, onde representavam 37% do passivo.

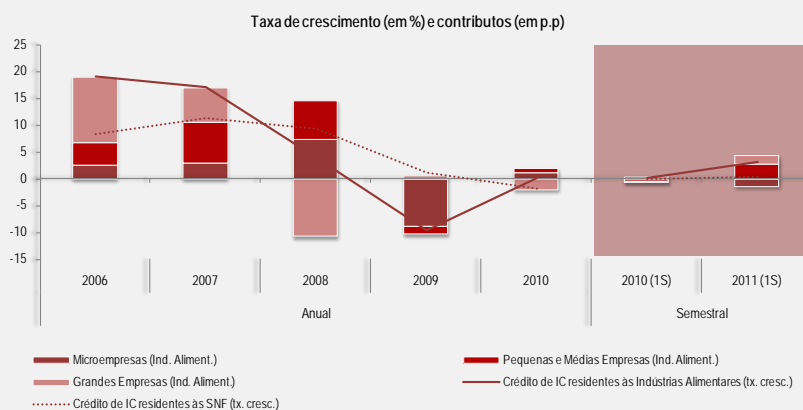
Observando a evolução do passivo das *Indústrias Alimentares* (Gráfico 23), nota-se que depois de um máximo de 17% em 2007, a taxa de crescimento reduziu-se para 1% em 2008 e para -4% em 2009. Em todos os períodos, o comportamento do agregado constituído por empréstimos bancários e títulos de dívida foi determinante para a evolução do passivo. Ainda assim, é de referir que, em 2009, todas as componentes com excepção das dívidas a accionistas/sócios e dos outros passivos contribuíram para a diminuição do passivo das *Indústrias Alimentares*.

CAIXA 2: *Empréstimos obtidos junto de instituições de crédito residentes em Portugal – caracterização com base na Central de Responsabilidades de Crédito*²⁴

Com base na informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, efectua-se nesta Caixa uma análise da componente relacionada com os empréstimos obtidos junto de instituições de crédito (IC) residentes em Portugal. Em 2009, esta parcela correspondia à quase totalidade (99%) dos empréstimos obtidos junto de instituições de crédito pelas *Indústrias Alimentares* e envolvia 73% das empresas do sector.

No período em análise, a taxa de crescimento do crédito obtido pelas empresas das *Indústrias Alimentares* junto de IC desacelerou desde o pico registado em 2006 (19%), tendo atingido valores negativos em 2009 (-10%). Em 2010 voltou a subir, embora marginalmente (0.01%), superando, ainda assim, a taxa relativa ao agregado das SNF (-2%). Esta situação manteve-se no primeiro semestre de 2011 com o crédito às *Indústrias Alimentares* a crescer 3% face a Dezembro de 2010, que compara com um crescimento de 0.3% para o total das SNF (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 – Financiamento obtido junto de IC



Por dimensão das empresas, a queda verificada em 2009 deveu-se em grande medida às microempresas, onde este tipo de crédito se retraiu cerca de 48%. Em 2010 apenas as grandes empresas contribuíram negativamente para o valor médio do sector (o crédito nesta classe decresceu 9%), enquanto o crescimento verificado no primeiro semestre de 2011 derivou em larga medida do comportamento das PME, cujo crédito cresceu 4%.

Por sectores de actividade económica coube à CAE 102 – *Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos*, ao crescer cerca de 15% no primeiro semestre de 2011, o maior contributo positivo para a evolução do

²⁴ A Central de Responsabilidades de Crédito é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes que concedem crédito) sobre os créditos concedidos. Para mais informação, deve ser consultado o Suplemento 1|2005 ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal, *Utilização da Central de Responsabilidades de Crédito no âmbito das Estatísticas Monetárias e Financeiras*.

crédito às *Indústrias Alimentares*. Na situação oposta encontrava-se a *CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha* com uma contracção de 4.4%.

No final de 2010, 48% das empresas das *Indústrias Alimentares* com crédito junto de IC financiou-se através de uma única IC, num valor global correspondente a 10% do crédito concedido ao sector. Esta situação reflecte, para as *Indústrias Alimentares*, uma maior dispersão do financiamento pelas instituições do sistema financeiro residente do que para a globalidade das SNF em Portugal (55% das quais tinha ligação a um único banco, representando 21% do crédito total).

Analisando os prazos dos empréstimos concedidos por IC às *Indústrias Alimentares* constata-se uma ligeira supremacia do curto prazo (53%) face ao longo prazo (47%), situação precisamente oposta à exibida pelo universo das SNF em Portugal onde o curto prazo representava 47% do total do crédito e o longo prazo 53%.

Ao nível do rácio de incumprimento, no final do primeiro semestre de 2011 as *Indústrias Alimentares* encontravam-se numa situação mais favorável do que o agregado das SNF (3.7% e 5.7%, respectivamente). Em 2007 aqueles sectores apresentavam um resultado semelhante, no entanto, nos anos que se seguiram o rácio aumentou 1.8 p.p. nas *Indústrias Alimentares* enquanto no universo das SNF subiu 3.8 p.p. (Gráfico 2.2).

O aumento do rácio de incumprimento nas *Indústrias Alimentares* teve reflexo em todas as classes de dimensão, tendo sido particularmente notório nas microempresas (12.2% em 2011, face a 5.2% em 2007). Por seu turno, as grandes empresas mantiveram ao longo de todo o período níveis de incumprimento muito reduzidos (à volta de 0.1%). Por sectores de actividade económica o nível mais elevado de incumprimento foi registado na *CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos*, onde 5.2% do crédito concedido por IC se encontrava em incumprimento. Esta actividade foi igualmente a que registou maior deterioração neste indicador desde 2007 (3.5 p.p.).

Gráfico 2.2 – Rácios de incumprimento

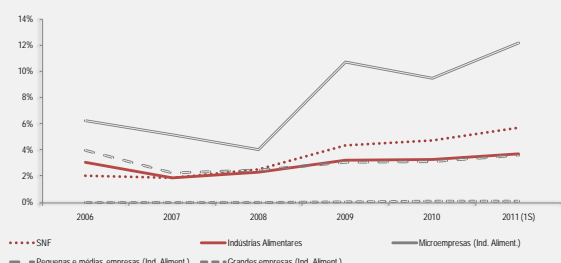
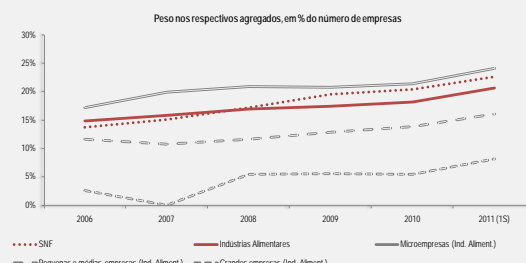


Gráfico 2.3 – Empresas em incumprimento



A subida do rácio de incumprimento reflectiu também um aumento do número de empresas nessa situação (Gráfico 2.3). Assim, entre 2007 e o primeiro semestre de 2011 a percentagem de empresas das *Indústrias Alimentares* com crédito em incumprimento aumentou 4.8 p.p. para os 20.6%, valores que comparam com 7.6 p.p. e 22.7% no total das SNF.

Neste domínio, realça-se a posição da classe das microempresas nas *Indústrias Alimentares*, onde 24% das empresas com crédito junto de IC tinha crédito em incumprimento, que compara com 16% nas PME e 8% nas grandes empresas. Por sectores de actividade económica destaque novamente para a *CAE 102 - Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos*, no âmbito da qual perto de 27% das empresas com crédito obtido junto de IC registava situações de incumprimento. Na situação oposta, encontrava-se a *CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais*, onde a situação de incumprimento afectava pouco mais de 15% das empresas com crédito junto de IC.

III.3.2 Custos financeiros e solvabilidade

A informação disponível na Central de Balanços do Banco de Portugal revela que a evolução dos custos financeiros das SNF tem acompanhado a taxa de juro de referência do mercado (Gráfico 24). No caso concreto das *Indústrias Alimentares*, os custos financeiros aumentaram entre 2006 e 2008, mas a um ritmo decrescente, tendo registado uma queda mais ligeira em 2009 (22%) do que a verificada no agregado das SNF (31%).

Este decréscimo foi particularmente notório nas PME (24%) e nas grandes empresas (20%), enquanto nas microempresas a retracção dos custos financeiros se ficou pelos 13%. Deste modo, todas as classes de dimensão contribuíram para a descida dos custos financeiros das *Indústrias Alimentares* em 2009. É de referir, igualmente, que o mesmo sucedeu em todas as actividades que compõem o sector.

De forma a avaliar a capacidade de solvência das empresas que constituem o sector das *Indústrias Alimentares*, foram calculados dois indicadores. O primeiro relaciona os custos financeiros com o EBITDA. O segundo compara a dívida financeira de curto prazo com o EBITDA.

O Gráfico 25 sintetiza os resultados do primeiro indicador, mostrando que a proporção dos juros suportados no EBITDA aumentou até 2008, tendo-se invertido essa tendência em 2009. Neste último ano, os juros suportados pelas *Indústrias Alimentares* representavam cerca de 26% do EBITDA,

sendo que esta proporção era substancialmente inferior à verificada no agregado das SNF em Portugal (46%), situação que deriva também da maior autonomia financeira apresentada pelo sector em estudo (ver secção III.3.1).

O Gráfico 25 revela também a existência de uma relação positiva entre a dimensão das empresas e a sua capacidade de gerar rendimentos para pagar os juros do financiamento. Assim, nas microempresas os juros absorveram em 2009 cerca de 43% do EBITDA gerado, enquanto nas grandes empresas essa parcela desceu para 21%. Por sectores de actividade económica a CAE 102 – *Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos* apresentava o maior peso dos juros suportados sobre o EBITDA (53%), enquanto a CAE 105 – *Indústria de lacticínios* se situava na posição oposta (16%).

Gráfico 24 – Custos financeiros, total e por dimensão das empresas

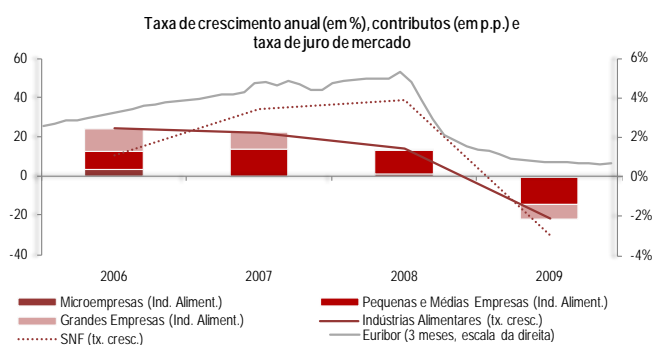
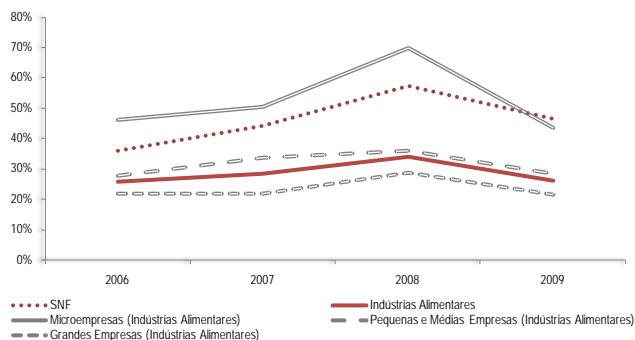
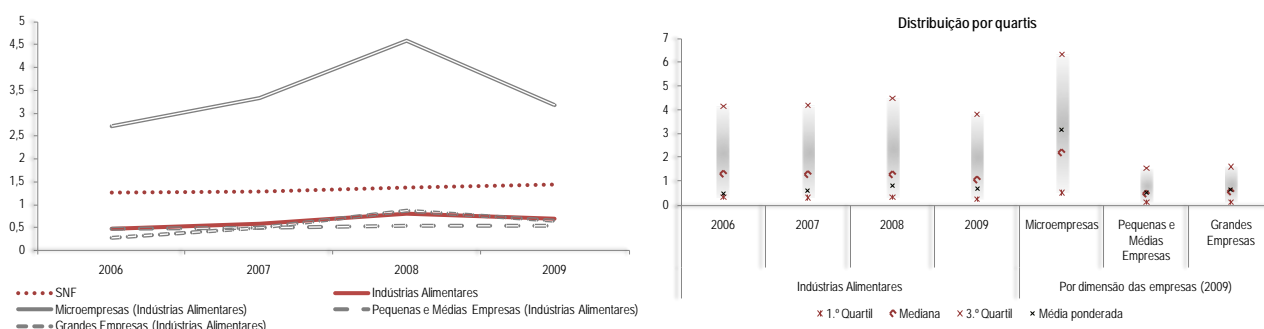


Gráfico 25 – Peso dos juros suportados no EBITDA, total e por dimensão das empresas



Analisando o rácio da dívida financeira de curto prazo em relação ao EBITDA (Gráfico 26) constata-se que, em média durante o período analisado, as *Indústrias Alimentares* estiveram em melhor posição para fazer face aos seus compromissos de curto prazo do que o sector das SNF em Portugal. De facto, considerando o ano de 2009, a dívida financeira de curto prazo representava 69% do EBITDA nas *Indústrias Alimentares* e 140% no sector das SNF. Note-se que o valor calculado para as *Indústrias Alimentares* reflectia sobretudo a posição das PME e das grandes empresas, visto que nas microempresas a situação era claramente divergente, com a dívida financeira de curto prazo a ser mais de três vezes superior ao EBITDA gerado nesse ano. Por sectores de actividade económica, em 2009, as CAE 104 – *Produção de óleos e gorduras animais e vegetais*, CAE 102 – *Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos* e CAE 106 – *Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins* apresentaram rácios médios superiores à unidade (de, respectivamente, 1.36, 1.28 e 1.11), ou seja, nestas actividades o EBITDA gerado num ano não permitia saldar a totalidade da dívida financeira de curto prazo.

Gráfico 26 – Rácio da dívida financeira de curto prazo sobre o EBITDA, total e por dimensão das empresas, Gráfico 27 – Rácio da dívida financeira de curto prazo sobre o EBITDA, total e por dimensão das empresas



A distribuição por quartis apresentada no Gráfico 27 permite verificar que a melhoria em 2009 do rácio da dívida financeira de curto prazo em relação ao EBITDA foi generalizada pelas empresas que compõem o sector das *Indústrias Alimentares*. De facto, os valores estimados para os três pontos da distribuição (primeiro quartil, mediana e terceiro quartil) foram os mais baixos dos quatro anos analisados. Não obstante, há que notar que a mediana do sector (1.1) ficou claramente acima da média (0.7), denunciando que a posição da maioria das empresas era na realidade menos favorável do que o indicador médio sugeria. Esta situação ficou a dever-se essencialmente às microempresas, classe na qual metade das empresas precisava de mais de dois anos para saldar a totalidade da dívida financeira de curto prazo utilizando o EBITDA gerado no ano²⁵. Nas PME e nas grandes empresas os resultados foram mais positivos e claramente mais homogéneos.

²⁵ Assumindo um EBITDA constante.

CAIXA 3: Crédito obtido através de emissões de títulos de dívida – caracterização com base no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos²⁶

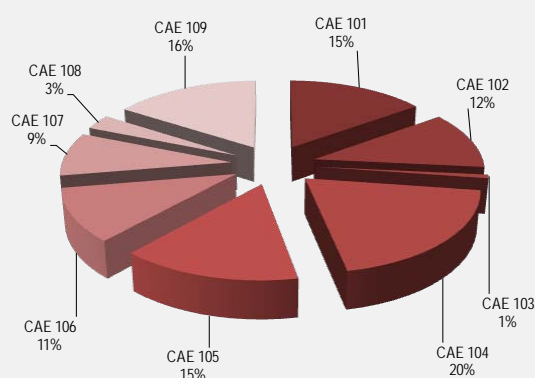
No período compreendido entre 2006 e 2010, o financiamento obtido através da emissão de títulos de dívida representava, em média, cerca de 12% do valor total da dívida financeira das *Indústrias Alimentares* (10% nas SNF).

Neste período, o recurso a esta forma de financiamento mais do que duplicou (ainda que em 2010 tenha sofrido um retrocesso em cerca de 5% face ao ano anterior), tendo passado de pouco mais de 147 milhões de euros em 2006 para perto de 362 milhões de euros em 2010. Esta não tem sido, porém, uma forma de financiamento utilizada pela generalidade das empresas do sector dado que em 2010 apenas cerca de 50 empresas (1% das empresas do sector) tinham títulos de dívida no seu passivo, num valor correspondente a cerca de 2% do montante total de títulos de dívida emitidos por SNF. No primeiro semestre de 2011 o montante total de títulos de dívida emitidos reduziu-se em 6%, face ao final do ano de 2010.

Considerando a dimensão das empresas, a emissão de títulos de dívida no sector das *Indústrias Alimentares* foi assegurada essencialmente pelas grandes empresas, responsáveis por 75% do valor emitido. Os restantes 25% foram da responsabilidade integral das PME do sector.

Relativamente aos prazos dos títulos as *Indústrias Alimentares* emitiram, quase exclusivamente, títulos de curto prazo. No agregado das SNF em Portugal, esta componente também foi relevante mas o seu peso não excedeu os 60%. No que respeita ao tipo de taxa associada às emissões, a opção por títulos de maturidades mais curtas explica a relevância das emissões a taxa fixa, sendo que no final do primeiro semestre de 2011 praticamente todos os títulos de dívida emitidos pelas empresas do sector das *Indústrias Alimentares* eram remunerados a taxa fixa.

Gráfico 3.1 – Total de títulos de dívida emitidos por empresas das *Indústrias Alimentares*
(Estrutura em Junho de 2011)



Nota: CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; CAE 105 – Indústria de lacticínios; CAE 106 – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; CAE 108 – Indústria de outros produtos alimentares; CAE 109 – Fabricação de alimentos para animais.

Por sectores de actividade económica (Gráfico 3.1) verifica-se que a emissão de títulos de dívida estava relativamente bem distribuída pelas actividades que compõem as *Indústrias Alimentares*. Ainda assim, a CAE 104 – *Produção de óleos e gorduras animais e vegetais* era a que tinha maior peso (20%), enquanto a CAE 103 – *Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas* se situava na posição oposta (1%).

²⁶ O Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos é um sistema de informação gerido pelo Banco de Portugal relativo a emissões e carteiras de títulos, numa base "título-a-título" e "investidor-a-investidor". Para mais informação, deve ser consultado o Suplemento 2|2008 ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal, *Estatísticas de títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados*.

III.3.3 Financiamento por dívida comercial

O financiamento por dívida comercial cresceu 9% no período 2006-2009, representando cerca de 28% do total do passivo das *Indústrias Alimentares* em 2009. No entanto, neste último ano, a dívida comercial registou uma contracção de cerca de 7%.

Em princípio, os créditos comerciais não têm um custo explícito associado, constituindo-se como uma forma relativamente acessível de obtenção de financiamento de curto prazo. Por se tratar teoricamente de uma forma de financiamento de muito curto prazo, analisa-se frequentemente o contributo líquido das dívidas comerciais activas e passivas para o financiamento das empresas. Uma das formas de avaliar esse contributo líquido consiste na análise dos prazos de pagamentos e de recebimentos e do respectivo diferencial.

Em 2009 os prazos médios de pagamentos nas *Indústrias Alimentares* (61 dias) foram mais reduzidos do que os prazos médios de recebimentos (80 dias), situação que contrasta com o equilíbrio verificado no conjunto das SNF em Portugal (90 dias para ambos os prazos médios). Os resultados médios indiciam que o sector em estudo não conseguia financiar-se por via de créditos comerciais, dado ter de pagar aos seus fornecedores antes de receber dos seus clientes.

Gráfico 28 – Prazo médio de recebimentos

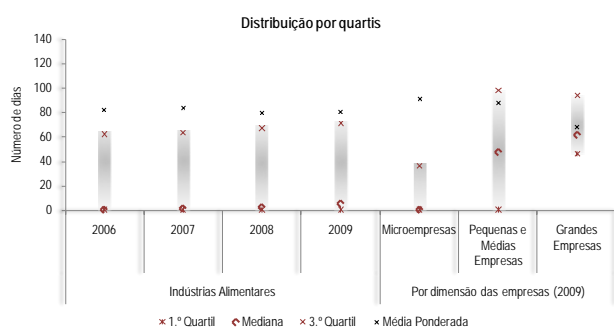
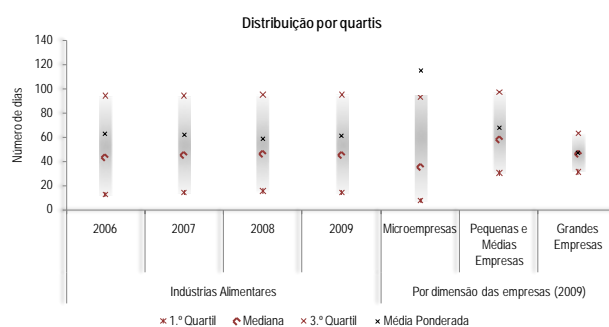


Gráfico 29 – Prazo médio de pagamentos



No entanto, o valor médio apurado para as *Indústrias Alimentares* não é revelador da situação da maioria das empresas, tendo existido um forte enviesamento dos resultados por influência de um subconjunto de empresas (Gráficos 28 e 29). De facto, em 2009, metade das empresas do sector teve prazos médios de recebimentos inferiores a 5 dias e menos de 25% das empresas do sector registou prazos acima da média (80 dias). Do lado do passivo, pelo menos metade das empresas teve prazos médios de pagamentos inferiores a 45 dias, ou seja, 16 dias abaixo da média do sector.

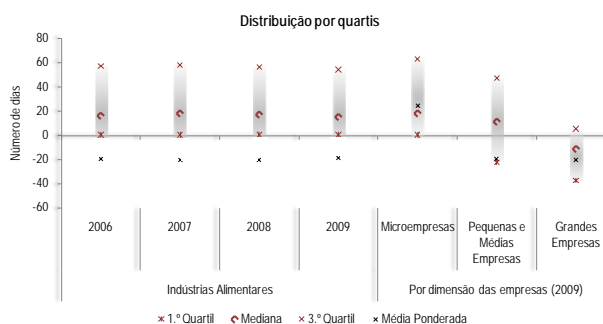
Deste modo, para entender melhor a real situação vivida pela maioria das empresas que compõem as *Indústrias Alimentares*, foi calculado o diferencial entre o prazo médio de pagamentos e de recebimentos, empresa a empresa. Os resultados apresentados no Gráfico 30 mostram que mais de três quartos das empresas do sector teve um resultado favorável na gestão dos prazos médios de pagamentos e de recebimentos, ou seja, levava mais tempo a pagar aos fornecedores do que a receber dos clientes, obtendo por essa forma financiamento de curto prazo.

Por classes de dimensão das empresas a situação favorável ao nível do diferencial entre prazos médios deveu-se às microempresas, onde três quartos das empresas tinham prazos médios de pagamentos superiores aos prazos médios de recebimentos. Para este resultado terá contribuído o facto de cerca de metade das empresas desta classe de dimensão não conceder crédito aos seus clientes (vejam-se os valores da mediana na distribuição apresentada no Gráfico 28). Nas PME verificou-se um certo equilíbrio na distribuição dos resultados, enquanto a maioria das grandes

empresas teve prazos médios de recebimentos superiores aos de pagamentos, colocando-as na situação oposta à das microempresas.

Por sectores de actividade económica a situação particular da CAE 107 – *Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha*, onde metade das respectivas empresas registou prazos médios de recebimentos nulos, determinou que três quartos das empresas deste Grupo tivessem apresentado um diferencial positivo entre o prazo médio de pagamentos e o prazo médio de recebimentos, situação que se verificou também na CAE 104 – *Produção de óleos e gorduras animais e vegetais*. A CAE 109 – *Fabricação de alimentos para animais* registou a situação oposta, com perto de três quartos das empresas a apresentarem prazos de pagamentos inferiores aos de recebimentos.

Gráfico 30 – Diferencial entre o prazo médio de pagamentos e o prazo médio de recebimentos



IV. REFERÊNCIAS

[1] Banco de Portugal (2005), Utilização da Central de Responsabilidades de Crédito no âmbito das Estatísticas Monetárias e Financeiras, Suplemento 1/2005 ao Boletim Estatístico de Abril de 2005.

(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-1-2005.pdf>)

[2] Banco de Portugal (2005), Estatísticas das SNF da Central de Balanços, Suplemento 5/2005 ao Boletim Estatístico de Dezembro de 2005.

(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-5-2005.pdf>)

[3] Banco de Portugal (2008), Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das SNF da Central de Balanços, Suplemento 1/2008 ao Boletim Estatístico de Maio de 2008.

(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-1-2008.pdf>)

[4] Banco de Portugal (2008), Estatísticas de Títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados, Suplemento 2/2008 ao Boletim Estatístico de Junho de 2008.

(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-2-2008.pdf>)

[5] Banco de Portugal (2010), Quadros da Empresa e do Sector, Estudos da Central de Balanços I 1, Novembro de 2010.

(http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalanços/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%201_2010.pdf)

[6] Banco de Portugal (2010), Estrutura e Dinâmica das Sociedades Não Financeiras em Portugal, Estudos da Central de Balanços I 2, Dezembro de 2010.

(http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalanços/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%202_2010.pdf)

[7] Banco de Portugal (2010), Análise Sectorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal, Estudos da Central de Balanços I 3, Setembro de 2011.

(http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalanços/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%203_2011.pdf)

[8] Banco de Portugal (2011), Relatório de Estabilidade Financeira, Maio de 2011.

(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioEstabilidadeFinanceira/Paginas/RelatoriodeEstabilidadeFinanceira.aspx>)

[9] Banco de Portugal (2011), Relatório do Conselho de Administração – Relatório e Contas 2010, Maio de 2011.

(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/Paginas/RelatorioAnual.aspx>)

[10] Banco de Portugal (2011), Central de Responsabilidades de Crédito, Cadernos do Banco de Portugal, Maio de 2011.

(<http://clientebanuario.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/CadernosBP/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Central%20de%20Responsabilidades%20de%20Cr%C3%A9dito.pdf>)

[11] Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro.

(<http://dre.pt/pdf1sdp/2007/11/21900/0844008464.pdf>)

[12] INE (2011), Empresas em Portugal – 2009.

(http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=116399684&PUBLICACOESstema=55579&PUBLICACOESmodo=2)

[13] INE (Junho de 2011), Contas Nacionais por Sector Institucional

(http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107453173&DESTAQUESmodo=2)

[14] Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de Maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

(<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:124:0036:0041:pt:PDF>)

[15] Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006.

(www.povt.qren.pt/tempfiles/20080213151405moptc.pdf)

[16] Regulamento (CE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25 de Junho de 1996.

(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/RegCE2223ano96.pdf>)

V. Anexo: Principais indicadores do Sector das Indústrias Alimentares (2009)

Indústrias Alimentares	Caracterização do sector			Actividade		Financiamento					Rendibilidade		
	Peso no volume de negócios	Volume de negócios detido por grandes empresas	Concent. Empresarial (HHI)	Taxas de crescimento		Autonomia Financeira	Taxas de crescimento		Diferencial entre o prazo médio de pagamentos e de recebimentos (mediana, em dias)	Peso dos Juros suportados no EBITDA		Empréstimos obtidos junto de IC residentes (Jun 2011)	
				Volume de negócios	EBITDA		Créditos comerciais	Empréstimos Bancários e títulos emitidos				% empresas em incumprim.	Rácio de incumprim.
CAE 101	100%	38.8%	0.0099	-7.3%	4.9%	36.5%	-7.0%	-3.0%	15	25.9%	20.6%	3.7%	5.4%
CAE 102	19.3%	37.7%	0.0195	-0.2%	21.3%	30.6%	1.6%	8.1%	0	26.4%	24.7%	5.0%	3.3%
CAE 103	8.7%	32.1%	0.0340	-10.0%	-8.5%	30.6%	-11.7%	-8.1%	0	53.1%	26.8%	5.2%	-0.5%
CAE 104	5.0%	21.3%	0.0542	1.8%	2.8%	39.2%	-14.4%	7.2%	0	31.9%	20.8%	4.9%	5.3%
CAE 105	8.8%	53.6%	0.1351	-20.5%	9.8%	32.3%	-17.6%	3.5%	0	37.6%	15.5%	2.5%	9.7%
CAE 106	13.8%	67.3%	0.2250	-9.0%	-7.2%	49.8%	-9.4%	-26.4%	0	15.7%	17.6%	2.0%	6.6%
CAE 107	5.7%	14.5%	0.0525	-15.5%	-8.1%	36.5%	-15.4%	-22.1%	0	25.0%	19.8%	2.0%	10.5%
CAE 108	13.7%	16.2%	0.0109	-1.6%	21.7%	28.8%	-8.6%	7.2%	23	21.2%	20.0%	3.9%	4.8%
CAE 109	11.8%	17.2%	0.0337	-18.4%	8.6%	36.3%	-6.1%	-0.6%	-38	19.8%	21.9%	1.8%	7.4%
SNF	-	41.2%	0.0012	-9.1%	-8.2%	32.6%	-1.9%	1.5%	0	46.3%	22.7%	5.7%	4.3%

NOTA: CAE 101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; CAE 102 – Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; CAE 103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; CAE 104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; CAE 105 – Indústria de lacticínios; CAE 106 – Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; CAE 107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha; CAE 108 – Indústria de outros produtos alimentares; CAE 109 – Fabricação de alimentos para animais.

Peso do sector no total das SNF		
Indústrias Alimentares	Número de empresas	
	2009	2000
	1.8%	3.4%
	1.5%	3.4%
	2009	2000
	3.4%	3.0%
	Volume de Negócios	Número de Pessoas ao Serviço
	2009	2000
	3.4%	3.0%

ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

1 | QUADROS DA EMPRESA E DO SECTOR

2 | ESTRUTURA E DINÂMICA DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL

3 | ANÁLISE SECTORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL

4 | ANÁLISE SECTORIAL DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES